



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
JORNALISMO

**BAÍA DE GUANABARA: PROBLEMA E PAUTA
JORNALÍSTICA DE 1940 A 1970**

MICHEL MISSE FILHO

RIO DE JANEIRO

2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
JORNALISMO

**BAÍA DE GUANABARA: PROBLEMA E PAUTA
JORNALÍSTICA DE 1940 A 1970**

Monografia submetida à Banca de Graduação
como requisito para obtenção do diploma de
Comunicação Social/ Jornalismo.

MICHEL MISSE FILHO

Orientadora: Profa. Dra. Raquel Paiva de A. Soares

RIO DE JANEIRO

2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO

TERMO DE APROVAÇÃO

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, avalia a Monografia **Baía de Guanabara: problema e pauta jornalística de 1940 a 1970**, elaborada por Michel Misse Filho.

Monografia examinada:

Rio de Janeiro, no dia/...../.....

Comissão examinadora

Orientadora: Profa. Dra. Raquel Paiva de Araújo Soares
Doutora em Comunicação pela Escola de Comunicação .- UFRJ
Departamento de Comunicação - UFRJ

Prof. Muniz Sodré de Araújo Cabral
Doutor em Comunicação pela Escola de Comunicação - UFRJ
Departamento de Comunicação -. UFRJ

Prof. Nilo Sergio Silva Gomes
Doutor em Comunicação pela Escola de Comunicação - UFRJ
Departamento de Comunicação -. UFRJ

RIO DE JANEIRO

2017

FICHA CATALOGRÁFICA

FILHO, Michel Misse.

Baía de Guanabara: problema e pauta jornalística de 1940 a 1970.

Monografia (Graduação em Comunicação Social/ Jornalismo) –
Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Escola de Comunicação
– ECO.

Orientadora: Raquel Paiva de Araújo Soares

FILHO, Michel Misse. **Baía de Guanabara: problema e pauta jornalística de 1940 a 1970.** Orientadora: Raquel Paiva de Araújo Soares. Rio de Janeiro: UFRJ/ECO.
Monografia em Jornalismo.

RESUMO

O trabalho pretende entender o processo de construção do problema público e ambiental da baía de Guanabara, tendo em vista a mudança no papel que a baía exercia na cidade: de um lugar de centralidade turística e solução econômica, passou a representar um problema para a sociedade carioca a partir de meados do século XX, com o agravamento de sua poluição. Para se entender como a degradação ambiental da baía virou pauta na sociedade, serão utilizadas as reportagens do jornal *O Globo* que faziam referência à baía de Guanabara entre os anos 1940, 1950, 1960 e 1970. Ao buscar compreender a raiz social da concepção de uma realidade como problemática, a pesquisa também se debruça sobre a influência que o movimento ambientalista do pós-guerra teve para o surgimento de denúncias jornalísticas à situação ambiental da baía. O efeito contrário também é considerado: a influência que essas matérias tiveram para a compreensão da sociedade acerca do que é poluição.

Agradecimentos

À minha amada mãe, que compartilha comigo, para além do abraço materno e de seus ensinamentos, as melhores e mais divertidas conversas que a vida proporciona.

Ao meu amado pai, professor da vida, dos homens e do mundo, em suas aulas diárias nos nossos deliciosos jantares - se for árabe, melhor ainda!-

Aos meus irmãos André e Daniel, pelas risadas de sempre e o amor de irmão, que é único.

À Joana Vargas, pelo carinho, sensatez e conselhos (culinários, inclusive).

Aos meus amigos: das noitadas de violão, da faculdade, do futebol, de Copacabana, dos colégios e do Sambachaça.

À Raquel Paiva, querida professora e orientadora, sem a qual esse trabalho não seria possível.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	1
2. CARACTERÍSTICAS GEOGRÁFICAS, AGRESSÕES AMBIENTAIS E SANEAMENTO DA BAÍA DE GUANABARA	8
2.1 O início das agressões ambientais e do saneamento básico no Rio	8
2.2 O saneamento e a situação ambiental da Baía de Guanabara após 1960	13
2.3 A qualidade das águas das praias e dos rios afluentes	15
3. O MOVIMENTO AMBIENTALISTA E O JORNALISMO AMBIENTAL	17
3.1 O Movimento Ambientalista	17
3.2 O surgimento do jornalismo ambiental e a sua prática no Brasil	21
4. A BAÍA DE GUANABARA COMO PAUTA JORNALÍSTICA	25
4.1 Década de 1940: a baía “idílica” e a poluição fora de pauta	26
4.2 O surgimento e a consolidação da poluição como pauta: anos 1950, 60 e 70	35
4.2.1 Década de 1950: as primeiras matérias denunciativas	38
4.2.2 Décadas de 1960 e 1970: a intensificação e consolidação do problema	45
5. A CONSTRUÇÃO DO PROBLEMA PÚBLICO	63
6. CONCLUSÃO	71
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	73

1. INTRODUÇÃO

Boiam, sobre águas densas e esverdeadas, todo tipo de lixo: garrafas e sacolas de plástico, chinelos, potes de sorvete e até bolsas de couro. Junto aos objetos, espumas e óleos inviabilizam o banho de mar. Sobre o que um dia foi areia, há uma extensa camada de lama, em que um socó, –ave típica da baía-, caminha procurando algum resto de peixe.

Por outro lado, se direcionarmos a visão para um pouco acima do lixo, em direção ao horizonte, será possível ver a silhueta das montanhas da região serrana do Rio de Janeiro, bem como uma área de manguezais, já próxima ao aeroporto. Esse é o cenário de Tubiacanga, uma colônia de pescadores na Ilha do Governador, mas que também serviria para retratar diferentes pontos da Baía de Guanabara atualmente.

A cidade do Rio de Janeiro é amplamente conhecida como uma cidade de contrastes: sejam as desigualdades econômicas e sociais, as diferenças de infraestrutura entre as regiões centrais e as periferias, ou a própria contraposição de grandes florestas em meio a uma metrópole mundial. A baía de Guanabara, berço de fundação da cidade, não poderia deixar de seguir esta “tendência carioca”: foi transformada, ao longo de séculos, no depósito do esgoto de milhões de domicílios, mas tenta seguir charmosa e nunca perder o seu lado idílico por completo.

Permeando, indiscutivelmente, o imaginário popular do Rio e do Brasil, e uma das portas de entrada –física e simbólica- do país para o mundo, a Baía de Guanabara pode ser vista como “bela e banguela”, como diz a canção “O Estrangeiro” de Caetano Veloso. Boca banguela foi a referência que o antropólogo Lévi-Strauss, em uma de suas viagens ao Brasil, usou para designar a baía: não pela poluição, que ainda não era tida como um problema generalizado, mas pela semelhança dos morros que a costeiam – longe uns dos outros-, com os dentes espaçados de uma boca banguela. Se Lévi-Strauss ficou “desapontado” quando viu o cenário que tanto ouvira falar, a imagem da Guanabara serviu, ou pode ter servido de inspiração para muitas outras personalidades: do “Samba do Avião”, música de Tom Jobim que correu o mundo, à lenda nunca confirmada de que Cole Porter, o famoso letrista de jazz, teria se inspirado na Guanabara para compor “It’s De-Lovely”.

Não faltam expressões artísticas que tiveram, na baía, a sua fonte de inspiração: os diversos pintores estrangeiros que ilustraram a sua flora e fauna em óleo e tinta durante o século XIX, o romance “A Moreninha”, de Joaquim Manuel de Macedo e marco do romantismo brasileiro, ou o clássico samba enredo “Linda Guanabara”, composto por Paulo da Portela e primeira conquista do carnaval da história da Portela, em 1935. Por outro lado, há referências mais recentes que expõem tristeza por sua situação ecológica. É o caso do samba “Saudades da Guanabara”, de Aldir Blanc, Paulo César Pinheiro e Moacyr Luz que diz: “*Chorei, com saudades da Guanabara / Refulgindo de estrelas claras / Longe dessa devastação*”.

Para além da antiga beleza bucólica de uma baía de manguezais, golfinhos e baleias, ou da atual situação de desencanto pela sua degradação ambiental, a região que abriga um dos maiores portos da América do Sul é também lembrada por sua importância histórica. Um exemplo é a música “*Mestre Sala dos Mares*”, de Aldir Blanc e João Bosco que recorda a Revolta da Chibata, protagonizada pelo “almirante negro” João Cândido, ocorrida em 1910, sobre as águas da Guanabara.

Não só em função dos poucos exemplos dados, mas tendo em vista as extensas referências sobre a baía, é impossível definir, de forma específica, qual é o imaginário popular que a permeia: este é complexo e fruto de uma eterna construção social. Desde a época em que era vista de forma paradisíaca pelos europeus aqui recém-chegados, até o momento em que foi alvo internacional de críticas sobre sua condição de abrigar as provas de Vela dos Jogos Olímpicos de 2016, a Baía de Guanabara sofreu diversas transformações e alternou, não definitivamente, as suas condições idílicas e problemáticas.

Se, em decorrência do intenso processo de urbanização e industrialização do rincão da baía, a metade final do século XX pode ser considerada como crucial em seu processo de degradação ambiental e transformação estética, é também necessário percorrer pelos séculos de história da baía para tentar compreender as transformações do seu imaginário popular. Não só o retratado nos exemplos artísticos citados acima, mas o imaginário que será estudado futuramente, de forma mais específica, no presente trabalho: o das reportagens jornalísticas que tratam da Baía de Guanabara a partir dos anos 1960 e 70, quando esta passa a carregar, cada vez mais, o estigma de “problema social”. Em suma, o momento em que ela deixa de ser solução – econômica, turística ou artística- e passa a virar um problema, sabendo que essa mudança não é total e

tampouco se deu de forma abrupta, mas que ao mesmo tempo teve seus momentos-chave.

Partindo da ideia de existência de um imaginário popular que permeou e ainda permeia a baía de Guanabara, pode-se chegar ao objetivo principal deste trabalho: entender como se deu o processo de construção de um problema público e ambiental em um dos principais cartões-postais do país. Utilizar a expressão “imaginário popular” nessas primeiras páginas –mesmo que pareça um conceito vago- teve o objetivo único e simples de introduzir o trabalho à noção de problema público que pretendemos compreender: a ideia de poluição como algo construído socialmente e imerso em um determinado contexto histórico. O objetivo não é descobrir o momento exato em que a baía deixa de ser um ambiente limpo para ser um lugar poluído, pois é impossível delimitar uma fronteira para tal. Dependendo do que se entende por “poluído”, suas águas, fauna e flora sofrem maus-tratos da interferência humana há séculos, da pesca de baleias ao início das valas de esgoto no pantanoso Rio de Janeiro colonial.

É pensando desta forma que a natural pergunta “quando e de que forma a baía de Guanabara ficou poluída?” deve ser alterada para algo como “quando e de que forma a sociedade carioca passou a considerar a baía de Guanabara como poluída?”. Esta última é que tentará ser respondida ao longo do trabalho, mesmo com uma visão limitada do que se entende por “sociedade carioca” – as edições diárias do jornal *O Globo*- mas que, enquanto ator importante na opinião pública, nos ajudará a compreender uma parte da construção desse problema, motivo de tristeza pra toda uma região metropolitana.

Apesar do esgoto que é jogado *in natura* nas águas da baía desde o início da ocupação da cidade, as primeiras denúncias jornalísticas de “poluição” às águas da baía só surgem nos anos 1950. Mesmo que houvesse, antes, pequenas notícias sobre interdição de praias em decorrência de lançamento de esgoto - não foram achadas na presente pesquisa, mas é plausível que tenham ocorrido-, a palavra poluição, dando sentido a um acontecimento maior e geral, só será introduzida em relação à baía em 1957.

O que leva, portanto, um fato já conhecido –o lançamento de esgoto nas águas-, ser tratado e interpretado jornalisticamente como um acontecimento e uma informação a ser dada? O fato, como explicam PAIVA & SODRÉ (2005), na corrente positivista que carrega fortes relações com o próprio jornalismo, corresponde à experiência sensível e empírica. É também fato único e individualizado em termos de temporalidade e espaço.

O mundo dos fatos – a que podemos também chamar de ‘estado de coisas’- é o mundo da experiência empírica, isto é, de relações contingentes, do fenômeno que pode acontecer ou não, fora de qualquer ordem necessária. [...] O conhecimento dos fatos redundante, na verdade, em história, em torno da qual sempre girou o jornalismo, mesmo sem pretensões de essência ou sequer de sistematização dos seus registros. O que os fatos, em si mesmos, nos transmitem são conhecimentos contingentes, isto é, que poderiam ser de outra forma, relativos, não necessários. (PAIVA & SODRÉ, 2005: 97)

Contudo, em se tratando de um conceito para objetos cuja realidade pode ser provada, é importante, para fins analíticos, a utilização de outro termo para esta representação social do fato, que é, no caso deste trabalho, a informação jornalística concretizada em notícia: o “acontecimento”. (PAIVA & SODRÉ, 2005)

Se por analogia entendermos, como exemplo, o lançamento de cada m³ de dejetos domésticos ou industriais na baía como um fato em sua individualidade e singularidade, podemos supor que a representação social deste fato (ou a sua produção de realidade) pode ser feita pelos jornalistas que a construirão em formato de informação - no caso, uma notícia que denunciasse a poluição, por exemplo.

Por outras palavras, o acontecimento é uma modalidade de tratamento do real do fato, portanto, é uma construção ou uma produção de realidade. Informação e acontecimento são instâncias interdependentes. A partir de um material bruto disposto pela unidade factual do acontecimento, a informação constrói um esquema narrativo, uma forma germinal de enredo ou intriga, que transforma a factualidade da vida, uma vez que nesta não há propriamente enredo, tão só repetições, coincidências e inesperados. (PAIVA & SODRÉ, 2005: 97)

O trabalho do jornalista é, portanto, o de interpretar e contextualizar uma realidade. Entender as notícias como construídas, rejeitando-as como espelho fiel de uma realidade não é, todavia, implica-las na condição de ficção. No campo social e prático, a própria distinção radical entre a realidade e a notícia - que supostamente deveria refleti-la- seria impossível, tendo em vista que as próprias notícias ajudam na construção da realidade. (TRAQUINA, 2005)

Gaye Tuchman também entra no ponto da notícia enquanto estória a ser contada:

Dizer que uma notícia é uma estória não é de modo algum rebaixar a notícia, nem acusá-la de ser fictícia. Melhor, alerta-nos para o fato de a notícia, como todos os documentos públicos, ser uma realidade construída possuidora da sua própria validade interna. (TUCHMAN apud TRAQUINA, 2005: 169)

É fundamental, por consequência, estabelecer a importância de se noticiar um acontecimento dentro do contexto cultural e histórico, bem como dos temas que seriam relevantes a uma determinada sociedade. O sociólogo Michael Schudson explica que “as notícias como uma forma de cultura incorporam suposições acerca do que importa, do que faz sentido, em que tempo e em que lugar vivemos” (SCHUDSON apud TRAQUINA, 2005: 171)

Desta forma, entende-se que as primeiras matérias denunciativas de uma poluição na baía de Guanabara encontram-se contextualizadas em um período internacional, no pós-guerra e em plena Guerra Fria, em que o movimento ambientalista ganha força internacionalmente. Nesse momento também são realizadas as primeiras conferências internacionais com chefes de estados que visavam combater os problemas ambientais que vinham à tona no planeta.

Por outro lado, se as notícias ajudam na construção da realidade, o início da noticição de um determinado tema ajuda a torná-lo relevante para a própria sociedade. A curva de notícias denunciativas da baía de Guanabara é totalmente ascendente: começa nos anos 1950 e, acompanhando os movimentos ambientalistas e jornalísticos internacionais, tem seu *boom* de ocorrências a partir do final da década de 1960. Impulsionada pelo aumento de matérias que denunciavam risco à saúde humana correlacionando um suposto aumento no número de casos de hepatite aos banhos de mar na Guanabara, as notícias que denunciavam a poluição da baía tomam, neste período histórico, a relevância, em média de notícias, que têm hoje. Pode-se entender o noticiário da baía de Guanabara como um pré-1968 e outro pós-1968, como será visto mais detalhadamente no decorrer do trabalho.

É também a partir desse momento que começamos a diferenciar a forma de tratamento dado à baía de Guanabara nas matérias: de um ambiente “naturalmente limpo”, mas que convive com uma poluição que deve ser evitada, a baía passa a condição de “naturalmente suja”: começará a ser utilizada, então, a palavra “despoluição”.

Entende-se, portanto, que a necessidade de “despoluir” algo só pode ser colocada se esta poluição atua de forma consolidada, como uma crosta que faz parte daquele ambiente de forma intrínseca, não sendo mais capaz de se dissociar a beleza da sujeira. Da mesma forma, ao passo em que o tema “poluição” ganha corpo na opinião pública, é debatido e discutido entre autoridades com posições opostas, e recebe posteriormente a incubação atuante e de confronto à sua propagação pelas forças do

Estado, a “poluição da baía de Guanabara” pode ser considerada um problema público e ambiental.

Nesse sentido, o trabalho pretende traçar uma pequena história da construção desse problema, e se limita a pesquisar as matérias até o momento em que a palavra “despoluição” aparece nos noticiários, ou seja, dos anos 1940 ao início da década de 1970. O que vem em seguida, já com o problema de certa forma “consolidado” enquanto pauta midiática caminha em direção à forma de tratamento que é dada à baía até os dias atuais, diferenciando-se, é claro, as ocasionalidades e o conteúdo das matérias.

Antes de chegar à pesquisa dos jornais, contudo, fez-se necessário contextualizar, além do surgimento dos movimentos ambientalistas, a própria trajetória e panorama da baía de Guanabara. Ao resgatar um pouco de sua memória - seja pela História estudada por diversos autores, seja pelas matérias jornalísticas dessa pesquisa-, relembramos o que nunca deveríamos esquecer: a importância que a baía tem para a vida do carioca.

Há muito tempo vítima da interferência humana e da urbanização desenfreada, entender o seu processo de degradação socioambiental ajuda não só a resgatar as raízes do que aconteceu, mas a desmistificar uma ideia de poluição intrínseca, inerente a uma baía que convive com mais de dez milhões de pessoas. É importante lembrar o óbvio: que a baía nem sempre foi poluída, que há menos de meio século suas praias eram as mais frequentadas e que, mesmo hoje em dia, há quem nade e se divirta em suas águas, em dias que seu banho de mar ainda é liberado. É importante lembrar que suas águas se renovam todo dia e a toda hora. Mesmo que a quantidade de esgoto lançado compita com a quantidade de água renovada, é na própria força natural da baía que repousa a potência e esperança: basta que paremos de sujar.

Para que a sociedade carioca possa, novamente, conviver em plenitude e em harmonia com a sua baía de Guanabara, é preciso ter vivo na memória os imensuráveis prazeres e benefícios que essas águas já deram à sua população: desde a simples admiração panorâmica ao banho de mar, aos passeios, à pesca, ao turismo, bem-estar, esportes e saúde. Só com afeto -e não de maneira distante, impessoal- a baía de Guanabara pode ser tratada em outra dimensão: a de prioridade em ações públicas, cuja pressão tem de vir da sociedade.

Uma necessária articulação entre os setores da sociedade e os órgãos estatais na luta ambiental foi citada pelo atual vice-prefeito de Niterói e ambientalista Axel Grael:

O Programa de Despoluição da Baía de Guanabara (PDBG) e o Programa de Saneamento dos Municípios do Entorno da Baía de Guanabara (PSAM) foram e são programas iminentemente estatais. Compare-se com o programa da Baía de Chesapeake (nos Estados Unidos) e outras. Nestas, a iniciativa é da sociedade, apesar de contar com forte protagonismo e liderança do Estado. Também a sociedade civil, universidades (ALENCAR, 2016: 87)

Da mesma forma, é fundamental que sejam ouvidos os principais conhecedores de cada m² de espelho d'água da baía: os pescadores que dela tiram seu sustento. Sem a troca de conhecimento necessária entre quem vive a baía, suas marés e singularidades, com as universidades e o poder político-econômico, não parece haver solução possível e prática no médio prazo.

Sérgio Souza dos Santos, morador de Tubiacanga há 39 anos e pescador desde os nove, viu e viveu outros momentos da baía e viu aterrarem boa parte do espelho d'água que ele usava para vender peixe em Caixas ou São João de Meriti. Quanto à despoluição, não teve dúvidas quando falou em 2015, ainda antes do fracasso da meta olímpica de despoluição, sobre a necessidade de articulação entre o conhecimento prático e os governos e universidades.

Essa baía luta muito. A tentativa de sobrevivência e renovação dela é tremenda. Mas mesmo com toda a força, ela está perdendo. Já não temos a mesma quantidade de espécies. O governo alega que quer despoluir, que vai gerar renda, mas não despolui não. Sabe por quê? Eles podem ter a teoria, mas não conhecem o sistema da baía na prática. Pode fazer a faculdade que for, se não tiver associado à comunidade pesqueira, não vai despoluir.” (SANTOS, 2015)¹

Compreender a situação de poluição da baía enquanto processo, e não um estado fixo que a dominou por inteira, faz-se importante para que almejemos revertê-la e incitemos a esperança de que ela pode voltar a ser parecida com o que um dia já foi: é bom lembrar programas que tiveram relativo sucesso em baías pelo mundo, como em Tóquio ou Sidney. Não entrar em um conformismo de aceitar a imutabilidade de uma realidade construída socialmente, é um passo importante a ser dado no grande desafio que a baía enfrenta. Compreender uma parte de como essa realidade pôde ser construída, reconhecida e questionada pela sociedade é o objetivo dos próximos capítulos.

¹ Entrevista concedida ao autor na praia de Tubiacanga em 2015.

2. CARACTERÍSTICAS GEOGRÁFICAS, AGRESSÕES AMBIENTAIS E SANEAMENTO DA BAÍA DE GUANABARA

A Baía de Guanabara propriamente dita compreende uma região de quase 400 km², e a Região Hidrográfica da Baía de Guanabara tem área aproximadamente dez vezes maior, englobando total ou parcialmente dezesseis municípios: Rio de Janeiro, Niterói, Nova Iguaçu, Rio Bonito, Cachoeira de Macacu, Petrópolis, Nilópolis, São João de Meriti, Mesquita, Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Magé, Itaboraí, Tanguá e São Gonçalo. Essa região hidrográfica engloba mais de oito milhões de habitantes, tendo em vista que áreas como a Zona Sul do Rio de Janeiro e a região oceânica de Niterói não fazem parte da região.

Originalmente, a Baía de Guanabara contava com dezenas de ilhas, entretanto muitas foram ligadas ao continente, outras reunidas virando uma só – a exemplo da atual ilha do Fundão -, e grande parte das atuais ilhas está ocupada para utilização industrial ou institucional, restando poucas para utilização turística, como no caso da ilha de Paquetá.

Grande parte da poluição da baía é proveniente dos rios que nela desembocam, levando consigo a poluição de um imenso número de domicílios que os margeiam. Os rios que pertencem à Região Hidrográfica da Baía de Guanabara, segundo o Instituto Estadual do Ambiente (INEA) são: Rio Iguaçu, Rio Imboassú, Rio dos Cachorros, Rio Comprido, Canal do Cunha, Rio Farias, Rio Guapi, Rio Guaxindiba, Rio Irajá, Rio Inhomirim, Rio Iriiri, Rio Joana, Rio Macacu, Rio Magé, Canal do Mangue, Rio Maracanã, Rio Mutondo, Canal da Penha, Rio Pavuna, Rio Roncador, Rio Soberbo, Rio Saracuruna, Rio São João de Meriti, Rio Sarapuí, Rio Suruí e Rio Trapicheiro

2.1 O início das agressões ambientais e do saneamento básico no Rio

Então habitada por índios do ramo Tupi, a região que hoje é a cidade do Rio de Janeiro recebeu a primeira expedição europeia no dia 1º de janeiro de 1502. A expedição, que contava com o famoso navegante Américo Vespúcio, e cujo comandante é desconhecido da História, batizou o lugar de “Rio de Janeiro” após avistar a baía. Alguns acreditam ter sido uma confusão por pensarem se tratar da foz de um grande rio, mas segundo os textos do historiador Gilberto Ferrez, no livro *A muito leal e heroica*

cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro (1965), em Portugal a barra de um rio ou de uma baía chama-se ria ou rio, dando origem ao nome da cidade e, portanto, não se tratando de uma confusão.

No ano seguinte, o navegador Gonçalo Coelho teria aportado ao Rio e fundado um entreposto na Baía de Guanabara, nome de origem Tupi:

[...] nome dado ao golfo pelos índios, que quer dizer ‘seio de mar’. Também a denominavam Niterói (‘água escondida’), mas este nome era mais usado para a margem oriental. Gonçalo Coelho construiu uma casa de pedra na embocadura do rio que se passou a chamar de *Carioca* – isto é, ‘casa do branco’, na atual praia do Flamengo. (FERREZ, 2015:11).

Apesar de haver discordâncias de outros autores quanto às reais origens desses nomes, o fato é que a região, depois ocupada em 1555 pelos franceses comandados por Villegaignon, seria palco de batalhas até a fundação e consolidação da cidade. A data oficial de fundação foi no dia 1º de março de 1565, após as vitórias portuguesas – liderados por Estácio de Sá, com essencial ajuda do índio Arariboia- e dos índios temiminós sobre os franceses, aliados aos tamoios.

O início da colonização representou os primeiros indícios de agressão ambiental à baía, na extração de pau-brasil e na destruição de matas das ilhas da baía, bem como do seu entorno. Já no início do século XVII, junto ao ciclo da cana-de-açúcar, outra atividade econômica representaria uma grave perda ambiental para a Baía de Guanabara: a pesca de baleias, abundantes durante os meses de inverno, quando iam se reproduzir. Ao passo em que se aproveita tudo da baleia (o óleo para iluminação, as barbatanas para espartilhos e a carne para alimentação), a pesca duraria mais de duzentos anos, sendo extinta apenas no início do século XIX, devido ao quase desaparecimento das baleias da baía.

A pesca de baleias logo assumiria grandes proporções. [...] Mas, tal como os engenhos de açúcar e a produção de farinha de mandioca, essas atividades foram as primeiras a poluir as águas da baía. Estes primeiros focos de poluição, de certa forma, evidenciam a enorme importância da baía na vida dos habitantes da recém-fundada cidade do Rio de Janeiro. (COELHO, 2007: 21)

Durante o século XVII, a cidade crescia nas imediações do antigo morro do Castelo, principalmente em direção ao morro de São Bento. Quase toda a área costeira da baía, especialmente o atual centro da cidade, está assentada sobre uma área de

antigos brejos e pântanos. A adversidade desse tipo de ambiente para a urbanização seria “resolvida” com diversos aterros ao longo dos séculos. Entretanto, a confluência deste ambiente com as péssimas condições higiênicas da cidade proporcionou diversas epidemias de varíola durante o século XVII, provocando grande mortandade na população escrava.

Foi nesse contexto que, em 1641, realizou-se a primeira obra com objetivo de saneamento básico na cidade: a construção de uma vala, na atual Rua Uruguaiana, para drenagem da lagoa de Santo Antônio, e que descarregava os esgotos e lixos da população diretamente na antiga Prainha, onde hoje é a Praça Mauá. Conforme explica COELHO (2007), a vala foi a primeira fonte pontual de significativa poluição das águas da Baía de Guanabara, um verdadeiro fosso aberto. Cinco anos depois, sendo necessário fazer mais uma obra para drenagem da antiga lagoa de Santo Antônio, foi construído um cano de pedra e cal que drenava as águas para a praia do Carmo, atual Praça XV. A construção deu origem à Rua do Cano, hoje conhecida como Sete de Setembro. A limpeza dessas áreas só ocorreria, entretanto, graças à força da natureza e às fortes tempestades de verão, que arrastavam os dejetos para a baía.

É importante lembrar que, apesar da pequena população carioca, estimada em menos de 10 mil habitantes à época, a sujeira humana se juntava aos inúmeros cavalos, porcos e cabritos que andavam soltos pelas ruas. Segundo Luis Edmundo no livro *O Rio de Janeiro no tempo dos vice-reis*, “Naquele tempo já se dizia que a natureza era mãe e amiga, pois o homem sujava, o vento varria, a água lavava e o sol enxugava”. (EDMUNDO apud COELHO, 2007:23)

Após passar por um século XVIII com inúmeras lagoas aterradas pelos vice-reis da época, entre elas: a lagoa da Sentinela, no atual entroncamento da Rua Mem de Sá com Frei Caneca; a lagoa de Santo Antônio, no atual largo da carioca, e a lagoa da Lampadosa, nas proximidades da atual Praça Tiradentes; o Rio de Janeiro chegaria ao século XIX com uma maior área “habitável” e um paralelo aumento populacional, que se intensificaria especialmente após a vinda da família real. Estima-se que os 50.000 habitantes de 1808 se tornaram cerca de 139.000 em 1836. O aumento demográfico, entretanto, não era acompanhado em posturas higiênicas pelo governo da época, tampouco pelos habitantes da cidade: era prática legal e comum lançar águas utilizadas na vida doméstica pela janela da casa, bastando gritar “Lá vai água”, como aviso. Era também rotineira a prática dos chamados “Tigres”: barris de acúmulo de dejetos humanos, lançados pelos escravos em fossas abertas ou na beira das praias.

Diante de uma conjuntura extremamente precária do estado sanitário da cidade - com o agravante das chuvas, que no século XVII limpavam a beira da praia, mas que agora faziam transbordar as inúmeras fossas e valas-, os surtos de epidemias mortíferas eram atribuídos às péssimas condições das valas e do subsolo. Após a morte de cinco mil pessoas em uma epidemia de cólera em 1855, a ideia de fazer uma rede de serviços de esgotamento sanitário doméstico e de águas pluviais se tornou realidade em 1857, na assinatura do contrato com a companhia inglesa City. As obras, que sofreram atraso e só se iniciaram em 1862, constituíram um marco na história do saneamento do Rio, que se tornou a terceira cidade do mundo a ter um sistema de esgoto, após Londres (1815) e Hamburgo (1842), de acordo com informações do site da Companhia Estadual de Águas e Esgotos (Cedae)².

Desse modo, o controle da poluição das águas da Baía de Guanabara começa com a construção do sistema de esgotos da City, [...] embora na época o objetivo principal das obras tenha sido livrar a população e as ruas de “tigres”, valas e da enorme sujeira da temporada de chuvas. (COELHO, 2007:27)

Diversas obras foram realizadas durante as décadas seguintes. No primeiro contrato da City, o Plano de Esgotamento dividiu a cidade em três distritos: Arsenal, que englobava toda a parte central; Gamboa, que incluía o bairro homônimo e as áreas do Catumbi e Estácio até a praia Formosa em São Cristóvão; e o distrito da Glória, que englobava da Lapa e Santa Teresa até o Flamengo. Neste último distrito foram construídas a primeira estação elevatória e a primeira estação de tratamento de esgoto da cidade.

Em 1875 foi assinado o segundo contrato da City, que criou um distrito englobando os bairros da Tijuca, Engenho Velho, Benfica e Alegria, e outro que compreendia Botafogo, do largo dos Leões à Praia Vermelha. Foram construídas as estações de tratamento de Botafogo e Alegria. Posteriormente foram incluídos os bairros do Méier, Engenho Novo, Caju, Jardim Botânico e Gávea. Em 1906, com a abertura do túnel velho, os novos bairros de Copacabana, Ipanema e Leme seriam abarcados pelo sistema de coleta. Paquetá recebe uma estação de tratamento em 1910 e o Cais do Porto, recém-inaugurado, foi englobado pela rede em 1912. Daí em diante, as obras sofreram grande desaceleração e só seriam retomadas após 25 anos. Em 1918,

² Disponível em: https://www.cedae.com.br/tratamento_esgoto Acesso em: 20/05/2017

portanto, o Rio de Janeiro contava com seis estações de tratamento de esgoto: Arsenal, Gamboa, Gloria, São Cristóvão, Botafogo e Alegria.

Entretanto, as estações não garantiam que o esgoto, despejado em maior parte na baía, estivesse completamente tratado e não poluísse suas praias.

Embora as estações de tratamento tenham inicialmente conseguido reduzir a carga orgânica lançada na baía, com o passar dos anos, o aumento da população e, conseqüentemente, da vazão de resíduos fizeram com que o tempo de retenção e a sedimentação fossem diminuindo, afetando negativamente a eficiência do tratamento. (COELHO, 2007: 29)

A praia de Botafogo, cuja estação de tratamento despejava os dejetos junto à praia, seria uma das primeiras praias a sentir os efeitos da poluição sistêmica, que só algumas décadas mais tarde se espalharia por quase toda a extensão da baía. Em relatório de 1943, o Dr. Del Vecchio, da Quarta Divisão da Inspetoria de Águas e Esgotos, alertava para a gravidade da situação: “Tomar um banho hoje em dia na praia de Botafogo é banhar-se numa verdadeira caldagem de micróbios patogênicos, todos de origem fecal, veiculados na água do mar.” (COELHO, 2007: 139)

O contrato da companhia City acabaria em 1947, e o serviço ficou na atribuição da Prefeitura do Distrito Federal, que fez obras visando preservar as águas da Baía de Guanabara, como a Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) da Penha e a construção de 39 km de redes na cidade, especialmente no subúrbio. O Rio de Janeiro chegaria ao ano de 1960 com um total de 1.142 km de redes de esgoto coletoras, sete estações de tratamento, 15 estações elevatórias e oito emissários de descarga das estações (COELHO, 2007). É importante lembrar, entretanto, que as estações de tratamento de esgoto –da época e até hoje- não englobavam a maior parte do esgoto que era coletado nesses 1.142 km, ou seja, apesar de coletar boa parte do esgoto, a maior parte era lançado *in natura* na baía. Como agravante da situação, a população da região metropolitana do Rio de Janeiro crescia vertiginosamente, e a geração de esgoto aumentava aceleradamente mais do que o seu tratamento, mesmo com as diversas obras feitas ao longo de décadas.

2.2 O saneamento e a situação ambiental da Baía de Guanabara após 1960

O Rio de Janeiro começou a década com o saneamento passando a ser gerido pela Superintendência de Urbanização e Saneamento (SURSAN). Em 1962, o governo do recém-criado Estado da Guanabara conseguiu financiamento de 11 milhões de dólares junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que junto à contrapartida do estado totalizariam mais de 22 milhões de dólares para serem investidos em abastecimento de água e esgotos sanitários. Entre as medidas, a construção de mais 700 km de corredores de coleta de esgoto nas bacias dos rios Timbó e Faria, rio Irajá, Ilha do Governador, Jacarepaguá e Pedra de Guaratiba. No fim da década também começaram as obras do emissário submarino de Ipanema, concluído em 1975, que eliminaria pontos de despejo de esgoto no litoral da Zona Sul, como os costões do Vidigal e Pão de Açúcar, que ajudavam a poluir as praias oceânicas. O emissário, entretanto, engloba apenas os bairros da Zona Sul do Rio, que não fazem parte da Região Hidrográfica da Baía de Guanabara.

Se as obras sanitárias realizadas até então, apesar de importantes, ainda não davam conta de toda vazão de esgoto da metrópole, durante toda a década de 1980 até 1994 simplesmente não seria realizada nenhuma obra de grande porte para o saneamento da cidade, e a situação da Baía de Guanabara ficaria, cada vez mais, catastrófica.

A diferença cada vez maior entre esgoto gerado e esgoto tratado, entretanto, não é decorrida unicamente dos domicílios. De acordo com dados do Censo Industrial do IBGE de 1985, os municípios localizados na Região Hidrográfica da Baía de Guanabara respondiam, à época, por 74% do total de indústrias do estado do Rio. Segundo o engenheiro especializado em meio ambiente e degradação de águas Victor Coelho, a atividade industrial era, em 2007, responsável por cerca de 20% da carga orgânica lançada sobre as águas da baía. Indústrias como a Refinaria de Duque de Caxias (Reduc), Bayern do Brasil, Refinaria de Manguinhos, Petroflex e Fábrica Bangu estão entre as fábricas historicamente envolvidas com o processo de poluição da Baía de Guanabara, pelo lançamento de óleos, graxas, materiais orgânicos e metais pesados. (COELHO, 2007)

Para além da poluição doméstica e industrial, um terceiro fator contribuiu para o estado de conservação em que a baía se encontra: a poluição por vazamento de óleo. Dois casos se tornaram emblemáticos na história da baía: o primeiro foi o acidente do

petroleiro iraquiano *Tarik Ibn Ziyad* em 1975, que chegou ao Rio com 104.000 toneladas de petróleo e vazou durante mais de 10 horas, destruindo manguezais e a reserva biológica da área do rio Jequiá, e conseqüentemente poluindo todas as praias da baía. O segundo grande desastre aconteceu em 2000, nos dutos da Reduc, provocando um vazamento de 1.300 m³ de óleo combustível, em uma tragédia com repercussões internacionais.

Após a falta de investimentos em saneamento durante a década de 1980, e influenciado pelo ECO-92 - a *Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente*, vinte anos após a histórica *Conferência de Estocolmo*-, o Governo do Estado deu início, em 1994, ao Programa de Despoluição da Baía de Guanabara (PDBG). Com verbas provindas do BID, do próprio governo e do *Overseas Economic Cooperation Fund*, do Japão, coube à Cedae a responsabilidade de execução das obras do Sistema de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário, que totalizaram US\$ 760 milhões entre 1994 e 2006³, fim do programa. Segundo a companhia, apenas as obras relativas ao abastecimento de água foram concluídas, estando ainda em curso as obras referentes ao Sistema de Esgotamento Sanitário.

Apesar de terem sido concluídas muitas obras das Estações de Tratamento de Esgoto (ETEs), boa parte opera abaixo de sua capacidade total, pela dificuldade em se coletar o esgoto e levá-los às estações. De acordo com as informações do site da Cedae, o principal sistema de esgotamento – o Sistema Alegria-, com capacidade para tratamento primário de 5.000 l/s de esgoto e 2.500 l/s a nível secundário, tem diversas obras de seus tronco-coletores ainda em fase de aprovação de recursos. São os casos do Tronco-Coletor Faria Timbó, que beneficiaria 460.000 habitantes de bairros como Bonsucesso, Ramos e Complexo Habitacional do Alemão; do Tronco-Coletor de Manguinhos, que beneficiaria 600.000 habitantes; e da Galeria de Cintura da Maré e Ilha do Fundão, que beneficiaria 350.000 pessoas.

Diante do não cumprimento de boa parte das obras prometidas pelo PDBG desde 1994, passando pelas poucas ações destinadas aos Jogos Olímpicos de 2016, através do Programa de Saneamento dos Municípios do Entorno da Baía de Guanabara (PSAM), novo programa que teve início em 2011, o Governo do Estado do Rio de Janeiro não conseguiu cumprir a meta de tratar 80% do esgoto destinado à Baía de Guanabara para o início da Olimpíada. O governo apostou então, à época, nas soluções provisórias das

³ Disponível em: <http://www.rj.gov.br/web/informacaopublica/exibeconteudo?article-id=1041469> Acesso em: 28/06/2017

Ecobarreiras e dos Ecobarcos, com o objetivo de restringir o lixo flutuante na baía. A medida foi questionada por especialistas ambientais à época: o biólogo Mario Moscatelli, que monitora a Baía de Guanabara há mais de 20 anos, disse ao portal *Revista Ecológico*, em outubro de 2016, que “todas as soluções adotadas até agora, na tentativa de despoluir a Baía de Guanabara, foram paliativas. Entre elas, a instalação de Ecobarreiras”.⁴

Uma reportagem do jornal *O Globo* em março de 2016 afirma que apenas de 30% a 40% do esgoto total produzido em volta da baía é tratado, e mais de 18 mil litros são despejados em suas águas por segundo. Na mesma matéria, o professor de Engenharia Costeira da Coppe/UFRJ, Paulo Rosman, envolvido na parceria que abrange universidades e o governo do estado, afirmou: “Atingir uma qualidade ambiental de satisfatória a muito boa, mas que nunca será muito boa em todos os lugares da baía, antes de 2030, eu não acredito”⁵.

2.3 A qualidade das águas das praias e dos rios afluentes

O Instituto Estadual do Ambiente (INEA) é responsável pela avaliação da qualidade das águas em diversos pontos do estado do Rio, e analisando os dados históricos divulgados é possível ter melhor dimensão da situação das praias da baía e dos rios afluentes. Ao verificar apenas as praias do município do Rio de Janeiro banhadas pela baía em 2016, os dados mostram as seguintes condições: a praia de Botafogo esteve imprópria para banho durante todo ano, com exceção de apenas dois dias; a praia do Flamengo esteve imprópria de janeiro a maio, e própria para banho na maior parte do período entre julho e outubro; a praia da Urca esteve imprópria durante todo o verão, e própria para banho durante boa parte do resto do ano; todas as praias da Ilha do Governador e Ramos estiveram impróprias durante todo ano, com exceção da praia da Bica, própria em boa parte dos meses entre agosto e novembro; as praias de Paquetá estiveram impróprias durante o verão, e as praias da Moreninha e José Bonifácio estiveram aptas ao banho entre julho e outubro.

⁴ Disponível em: <http://www.revistaecologico.com.br/materia.php?id=103&secao=1818&mat=2096>
Acesso em 24/06/2017

⁵ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/baia-de-guanabara-aguas-despoluidas-so-depois-de-2030-18862461>
Acesso em: 28/06/2017

Entretanto, se analisarmos a qualificação histórica anual do INEA para cada praia desde o ano 2000, o resultado é pior. A praia de Botafogo recebeu “péssima” em todos os anos. A praia do Flamengo recebeu “péssima” em doze anos e “má” em quatro. A da Urca recebeu “péssima” em dez anos e “má” em seis. A maioria absoluta de todas as treze praias da Ilha do Governador e Ramos recebe nota “péssima” desde 2000. Em Paquetá, a situação é curiosa: a variação foi tão grande, que todas as praias receberam “ótima” em 2002, e as mesmas praias receberam as avaliações “péssima” ou “má” nos anos de 2011, 2013 e 2015. Como base de comparação, a única praia de toda a cidade que recebeu “ótima” em todos os anos foi a Prainha, na Zona Oeste do município. Entre as praias da Zona Sul, Copacabana e Praia Vermelha tiveram as melhores avaliações, à frente de praias como Ipanema e Leblon, que transitaram entre “boa” e “regular”.

No que tange aos rios que fazem parte da Região Hidrográfica da Baía de Guanabara, a situação é ainda mais preocupante. Da média dos 34 rios analisados em diferentes pontos, totalizando 52 diferentes pontos de amostragem, apenas a amostragem do rio Bonito, que é a terceira mais distante da costa da baía, conseguiu avaliação “boa”. Trinta e dois pontos de amostragem receberam “muito ruim”, outros quatorzes receberam “ruim” e apenas cinco receberam avaliação “média”. Todos os rios do município do Rio de Janeiro receberam “muito ruim”.

3. O MOVIMENTO AMBIENTALISTA E O JORNALISMO AMBIENTAL

Para que se tenha melhor compreensão sobre o surgimento e a intensificação das pautas relacionadas às questões ambientais da baía de Guanabara, é preciso contextualizar internacionalmente com o movimento ambientalista e o surgimento do jornalismo ambiental. Não por acaso, as matérias de denúncia à poluição da Guanabara surgem exatamente no mesmo período em que a pauta ambiental era tratada com maior afinco em todo o mundo, especialmente no embalo de conferências internacionais para tratar do meio ambiente, organizadas pela UNESCO e ONU, com o respaldo de iniciativas científicas e o aumento do debate ambiental na opinião pública.

3.1 O Movimento Ambientalista

A história das agressões ambientais feitas pelo ser humano remonta a milênios, bem como as primeiras preocupações com a condição da natureza também vêm desde a Antiguidade.

Há cerca de 3700 anos, as cidades sumérias foram abandonadas quando as terras irrigadas que haviam produzido os primeiros excedentes agrícolas do mundo começaram a tornar-se cada vez mais salinizadas e alagadiças. Há quase 2400 anos Platão deplorava o desmatamento e a erosão do solo provocada nas colinas da Ática pelo excesso de pastagem e pelo corte de árvores para lenha. Na Roma do século I, Columela e Plínio, o Velho, advertiram que o gerenciamento medíocre dos recursos ameaçava produzir quebras de safras e erosão do solo [...]. (McCORMICK, 1992: 15)

Contudo, as atenções voltadas ao meio-ambiente reapareceriam com maior força no século XIX, como resposta aos efeitos da Revolução Industrial. Possibilitou-se aí o discernimento das raízes de um movimento ambientalista mais amplo a partir da segunda metade do século, também com a criação dos primeiros grupos protecionistas e da aprovação da primeira lei contra a poluição do ar no mundo, ambos na Inglaterra dos anos 1860. (McCORMICK, 1992).

Do outro lado do Atlântico, os Estados Unidos foram pioneiros na criação de Parques Nacionais, em que se destaca o parque de Yellowstone, criado em 1872 e considerado o primeiro do gênero no mundo. No campo da literatura, o escritor norte-

americano Henry D. Thoreau ficou conhecido por exaltar a vida simples regida pelos valores da natureza.

A própria simplicidade e despojamento da vida do homem nos tempos primitivos traz pelo menos esta vantagem, que ainda lhe permitia ser apenas um hóspede na natureza. [...] Mas ai! Os homens se tornaram os instrumentos de seus próprios instrumentos. (THOREAU, 1854: 77)

Afastado por mais de dois anos da sociedade e morando sozinho próximo a um lago, o escritor critica os valores do progresso da época, e de seus escritos muitas correntes beberiam: dos transcendentalistas à contracultura, bem como ajudou a incidir as primeiras luzes de um movimento ambientalista que ganharia força no século seguinte.

Tal como nas faculdades, o mesmo ocorre com inúmeros “avanços modernos”; há uma ilusão em torno deles; nem sempre é um avanço positivo. O diabo continua até o final a ganhar juros compostos sobre sua participação e sobre os vários investimentos posteriores. Nossas invenções costumam ser brinquedos bonitinhos, que distraem nossa atenção das coisas sérias. Não passam de meios aperfeiçoados para um fim não aperfeiçoado [...]. Estamos na maior pressa para construir um telégrafo magnético do Maine ao Texas; mas o Maine e o Texas possivelmente não têm nada de importante para comunicar [...]. Como se o principal objetivo fosse falar rápido, em vez de falar com sensatez. (THOREAU, 1854: 89-90)

Thoreau alerta para questões mais abrangentes da espécie humana, que seriam o ponto central da temática ambiental um século depois.

Mas o homem que dispõe do mais luxuoso abrigo não tem muito do que se vangloriar neste aspecto, nem precisamos nos incomodar em especular como a espécie humana vai acabar se destruindo. (THOREAU, 1854: 267)

Outros escritores contemporâneos de Thoreau seguiram essa linha, considerada por Maria Assunção Ribeiro Franco (2008) como precursora dos movimentos ambientais que se intensificariam em meados do século XX.

O Planejamento Ambiental teve seus precursores no início do século XIX com pensadores como John Ruskin na Inglaterra, Viollet-le-Duc na França e Henry David Thoreau, George Perkins Marsh, Frederick Law Olmsted e outros nos EUA. As ideias desses homens, consideradas por vezes muito utópicas e românticas para a época, mostram hoje que aqueles pensadores tiveram uma incrível premonição do futuro e foram capazes de vislumbrar a escassez de recursos, num momento em que era implementada a todo vapor a

primeira revolução industrial, sob a égide do positivismo e do liberalismo econômico e que, pelo visto, pressupunha a inesgotabilidade dos recursos da Terra. (FRANCO, 2008: 19)

É importante notar que o movimento ambientalista não era um corpo uniforme, e as discordâncias provocaram uma ruptura, na virada para o século XX, entre preservacionistas e conservacionistas.

Os primeiros buscavam preservar as áreas virgens de qualquer uso que não fosse recreativo ou educacional, e os últimos explorar os recursos naturais do continente, mas de modo racional e sustentável. A visão dos primeiros era talvez filosoficamente mais próxima do ponto de vista do protecionismo britânico; os segundos se fundavam na tradição de uma ciência florestal racional da variedade alemã. (McCORMICK, 1992: 30)

A despeito desta discordância, a chamada revolução ambiental, entretanto, só apareceria com muito maior intensidade e amplitude global no contexto pós Segunda Guerra Mundial, mais especificamente a partir da década de 1960. Se o primeiro acordo internacional sobre meio ambiente fora assinado em 1886, a grande maioria dos atuais acordos foram assinados de 1960 em diante.

Um marco para essa nova guinada do movimento ambientalista global foi a publicação, em 1962, do livro *Primavera Silenciosa* de Rachel Carson, que tratou o tema dos pesticidas e inseticidas sintéticos, e expôs a necessidade de se cuidar do ecossistema para proteger a saúde humana e o meio ambiente. É importante salientar o perigo de guerra atômica que circundava o mundo, desde as bombas de Hiroshima e Nagasaki, e que assumia um caráter de corrida nuclear no contexto da Guerra Fria. No período entre 1945 e 1962, um total de 423 detonações nucleares foram anunciadas pelos EUA, URSS, Inglaterra e França (McCORMICK, 1992).

Seis anos após a publicação do livro de Rachel Carson, teria início a Conferência sobre a Biosfera, organizada pela UNESCO, e que retomaria o tema ambiental, 19 anos após a *Conferência Científica da ONU sobre a Conservação e Utilização de Recursos* (UNSCCUR), tida como primeiro marco importante na ascensão do movimento ambientalista, mas ainda precoce nas respostas políticas às suas temáticas. A *Conferência da Biosfera* de 1968 retratou o tema ambiental depois de 19 anos, e precedeu o que seria o maior evento internacional para tratar de meio ambiente até então, e tido como divisor de águas do movimento ambientalista: a *Conferência de Estocolmo* em 1972.

Alguns fatores contextualizavam o ambiente para que se ocorresse a conferência. Entre eles, a própria temática ambiental que vinha ganhando espaço na arena pública desde o livro de Rachel Carson, até a divulgação das primeiras imagens do Planeta Terra feitas do espaço, em 1969, que certamente chamou a atenção da população para a unicidade da Terra e a responsabilidade de cuidá-la. Em abril de 1970, cerca de trezentos mil americanos participaram do Dia da Terra, a maior manifestação ambientalista da história (McCORMICK, 1992). Na mesma época começavam a serem realizados os relatórios do *Clube de Roma*, feitos por grupos de cientistas, industriais e políticos, que analisaram o crescente aumento econômico levando em conta o uso dos recursos naturais. Em 1972, o grupo divulgou o famoso relatório *Os Limites do Crescimento*, que alertava para o rápido crescimento demográfico, a industrialização acelerada, o esgotamento de recursos não renováveis e a deterioração do meio ambiente.

A *Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano*, ou simplesmente *Conferência de Estocolmo*, realizada em junho de 1972, reuniu representantes de 113 países, 19 órgãos intergovernamentais e centenas de outras organizações intergovernamentais e não governamentais. Em sua declaração oficial, a necessidade de cooperação de todos os Estados para salvaguardar o meio ambiente está exposta em 26 princípios.

Os recursos naturais da Terra, incluídos o ar, água, solo, a flora e a fauna e especialmente amostras representativas dos ecossistemas naturais devem ser salvaguardados para o benefício das presentes e futuras gerações, mediante uma cuidadosa planificação ou ordenamento. (ONU, 1972, 2º princípio)⁶

Passavam a surgir, a partir de então, diversas instituições e grupos de defesa do meio ambiente em diversos países do mundo. Novas regras foram estabelecidas em legislações ambientais e a partir dos anos 1980 e 1990 houve a criação do Partido Verde (ou semelhantes) pelo mundo afora.

Vinte anos após Estocolmo, seria o Rio de Janeiro a cidade-sede da nova *Conferência Geral das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento*, conhecida como *ECO-92*. A conferência resultou em dois importantes documentos: a *Carta da Terra*, ou *Declaração do Rio* e a *Agenda 21*. Para o Rio de Janeiro, a oportunidade de sediar a conferência abriu ainda mais os olhos da opinião pública para

⁶ Tradução nossa. Original em inglês: The natural resources of the earth, including the air, water, land, flora and fauna and especially representative samples of natural ecosystems, must be safeguarded for the benefit of present and future generations through careful planning or management, as appropriate.

o estado de poluição da baía de Guanabara. Desta forma, foi possível que se conseguisse o financiamento de verbas japonesas e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para realizar o Projeto de Despoluição da Baía de Guanabara, nunca concluído.

Dez anos depois viria a ser realizada mais uma conferência da ONU para tratar de meio ambiente, desta vez em Johannesburgo. Já não se trata de nenhuma novidade: a temática ambiental entrara em pauta, de forma efetiva, a partir dos anos 1960 e assim abriu caminho para o surgimento do jornalismo ambiental.

3.2 O surgimento do jornalismo ambiental e a sua prática no Brasil

O jornalismo ambiental é, primeiramente, uma das muitas especializações da atividade jornalística.

O jornalismo ambiental é uma especialização do jornalismo, com todas as regras gerais da profissão. A reportagem de meio ambiente tem que ser “vendida” como qualquer outra matéria. Deve ser novidade e de interesse público. A linguagem tem que ser simples. (BELMONTE apud CARDINALLI, 2013: 2)

Na visão de Bueno (2007), o jornalismo ambiental cumpre especialmente três funções: informativa, pedagógica e política. O engajamento deve ser imprescindível para que se tenha uma cobertura ambiental de qualidade.

O Jornalismo Ambiental deve propor-se política, social e culturalmente engajado, porque só desta forma conseguirá encontrar forças para resistir às investidas e pressões de governos, empresas e até de universidades e institutos de pesquisa, muitos deles patrocinados ou reféns dos grandes interesses. (BUENO, 2007: 36)

A posição de engajamento é compartilhada por Roberto Villar Belmonte.

Para surgir, o jornalismo ambiental precisa de ativismo ecológico. Do nada, dificilmente ele brota. Para fazer sentido e contribuir com alguma mudança social também. Sem alianças e parcerias na sociedade, o jornalismo ambiental até informa, mas não comunica (Wolton, 2010) e nem transforma (BELMONTE, 2015: 11)

Com o jornalismo ambiental tendo surgido, no caso brasileiro, atrelado ao jornalismo científico (BELMONTE, 2015), o processo de construção de sua autonomia enquanto área especializada é complexo, bem como as suas condições de interlocução com as outras áreas do jornalismo. Ao analisar o jornalismo ambiental, Wilson da Costa

Bueno expõe as síndromes ou equívocos que penalizam a cobertura ambiental, do sensacionalismo e o uso quase exclusivo de autoridades como fontes, até o que chama de “fragmentação do olhar”.

A primeira delas – a síndrome do zoom ou do olhar vesgo – tem a ver com o fechamento do foco da cobertura, a fragmentação que retira das notícias e reportagens ambientais a sua perspectiva inter e multidisciplinar. Esta síndrome é favorecida pelo processo acelerado de segmentação jornalística, concretamente a divisão de veículos em cadernos e editorias. A redução da cobertura ambiental a um olhar (econômico, científico, político, etc.) tem sido um terreno fértil para leituras particulares e negativamente comprometidas sobre a questão ambiental e inclusive para a legitimação de conceitos absolutamente inadequados. (BUENO, 2007: 37)

A suposta dificuldade do meio ambiente se consolidar enquanto pauta frequente nas redações também é abordada por Roberto Villar Belmonte.

O meio ambiente é pauta, mas em geral ocupa espaços periféricos e recebe uma abordagem exótica. As reportagens quase sempre são fruto do interesse e da curiosidade do próprio jornalista. Dificilmente resultam de uma decisão das chefias, pois o status editorial ainda não é proporcional ao tamanho da crise ecológica planetária. (BELMONTE, 2004: 22)

Outra característica importante da construção das pautas de cunho ambiental é o seu caráter de tragédia. Ou seja, o meio ambiente é notícia quando corre perigo. A própria baía de Guanabara, por exemplo, foi muito mais noticiada e tratada como pauta principal justamente quando começou a ser considerada poluída. Por outro lado, o meio ambiente também pode ser notícia quando representado na forma oposta, de maneira que é “divulgado como um paraíso idílico e intocável pelo homem” (CARDINALLI, 2013: 5).

Historicamente, é comum pensar no jornalismo ambiental como produto dos últimos 30 anos do século XX. Entretanto, desde antes já começava a se configurar enquanto especialização temática, acompanhando os debates ambientais que ocorriam no mundo do pós-guerra. Nos anos 1960 surge, na França a primeira entidade de jornalismo ambiental que se tem notícia no mundo, *Association des Journalistes-écrivains pour La Nature et l'Écologie* (Associação dos Jornalistas-escritores para a Natureza e a Ecologia). Nos Estados Unidos, a primeira entidade do tipo só foi criada em 1990, chamada *Society of Environmental Journalists* (Sociedade de Jornalistas Ambientais). No entanto, reportagens norte-americanas sobre a poluição do ar e a

contaminação ocasionada pela mineração do carvão ganharam o Prêmio Pulitzer muitas décadas antes: em 1941 e 1948, respectivamente (BELMONTE, 2015).

No caso brasileiro, o movimento ambientalista ganhou maior visibilidade a partir dos anos 1970. Um dos nomes mais importantes para a consolidação do jornalismo ambiental é o de Randau Marques, considerado um dos primeiros jornalistas brasileiros especializados no tema.

A criação da Associação Brasileira de Jornalismo Científico (ABJC) em 1977, junto à atuação da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), ajudaram a impulsionar significativamente o jornalismo ambiental, “considerado naquela época uma subárea do jornalismo científico, status que manteve até o final dos anos 1980” (BELMONTE, 2015: 4).

No ano de 1989 aconteceu um dos mais importantes encontros para o jornalismo ambiental brasileiro, o *Seminário para Jornalistas sobre População e Meio Ambiente*, organizado pela Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj). A partir de então, foram formados núcleos regionais de jornalismo ambiental em São Paulo, Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul, para criar uma entidade nacional de jornalismo ambiental. Desses, sobrou apenas o núcleo gaúcho (BELMONTE, 1997).

No que tange ao início de surgimento do jornalismo ambiental brasileiro, ao tratar da cobertura da imprensa frente ao agravamento dos problemas ocasionados pela crescente urbanização do Brasil, Roberto Villar Belmonte (2004) cita uma edição especial de 1972 da revista *Realidade* sobre as cidades. Afirma ainda que a questão ecológica já era pauta para alguns veículos de comunicação e mostra outros exemplos.

O tema ambiental vai e vem ao sabor das tragédias. Em 1973, um ano após a publicação da reportagem especial da revista *Realidade* sobre as cidades brasileiras, o país acompanhou pelos jornais o fechamento da fábrica de celulose Borregard, na cidade de Guaíba. O mau cheiro da indústria conseguiu organizar os moradores da vizinha Porto Alegre, em plena ditadura militar, e acabou estruturando o “movimento ecológico gaúcho” [...]. Também foi na capital gaúcha que aconteceu o primeiro protesto ecológico do Brasil, com grande repercussão nacional na imprensa [...]. Na manhã de 25 de fevereiro de 1975, o gesto indignado e inédito de um estudante mineiro de agronomia mobilizou Porto Alegre e chamou a atenção do Brasil. Carlos Dayrell subiu em uma árvore que seria abatida para a construção de um viaduto no centro de Porto Alegre. E ali ficou por horas, com cobertura intensa da imprensa local e nacional. (BELMONTE, 2004: 22)

O ponto do autor é que, embora reportagens sobre temas ambientais já fossem publicadas com frequência, ainda não configuravam o jornalismo ambiental como uma área de especialização temática, processo que se intensificaria nos anos 1980 e se consolidaria na última década do século XX (BELMONTE, 2015). As matérias citadas para exemplificar o jornalismo ambiental praticado em seu início –ainda não consolidado como área de especialização– e as pautas consideradas marcos iniciais do jornalismo ambiental brasileiro, entretanto, parecem não levar em conta o surgimento de matérias, desde meados dos anos 1950, que continham denúncias à situação ambiental da baía de Guanabara.

Por outro lado, essas primeiras reportagens da baía (ao menos as analisadas no presente trabalho) não se tratavam, a princípio, de matérias de cunho nacional ou publicadas em revistas de circulação nacional como a *Realidade*, citada pelo autor. Também são anteriores à popularização da televisão, o que pode ser fator impeditivo para que pesquisadores as considerem como marcos fundamentais do surgimento do jornalismo ambiental no Brasil. É verdade também, e este próprio trabalho vai tentar demonstrar, que essas primeiras matérias dos anos 1950 eram uma espécie de “ponto fora da curva” dentro do universo de matérias publicadas sobre a baía e, de fato, o grande aumento de reportagens que tratavam do tema “poluição” remonta à virada da década de 1960 para 1970, momento histórico comumente utilizado para se referir às bases do jornalismo ambiental brasileiro.

Todavia, é importante considerarmos que as matérias de denúncia da situação ambiental da baía de Guanabara, inclusive por se tratar do principal cartão-postal do então Distrito Federal, merecem ser analisadas com a devida atenção necessária para se traçar uma história das reportagens de cunho ambiental no Brasil.

4. A BAÍA DE GUANABARA COMO PAUTA JORNALÍSTICA

Existem diversas referências que podem ser utilizadas para tentar diagnosticar o processo de construção de um problema público: trabalhos acadêmicos, manifestações culturais ou até anúncios publicitários. É a reportagem jornalística, entretanto, que será utilizada neste trabalho com o intuito de compreender uma parte do imaginário social que foi construída sobre a baía de Guanabara ao longo de décadas do século XX. A partir de suas matérias, o objetivo é perceber como foi construído e, posteriormente, consolidado o problema socioambiental da poluição de suas águas e a destruição de sua fauna e flora. Entretanto, será necessário tomar como base o período anterior ao surgimento de reportagens que tratam de sua poluição. A finalidade deste processo é compreender como, quando, e de que forma a baía de Guanabara apareceu nos noticiários e se tornou pauta principal de milhares de reportagens.

A pesquisa se desenvolveu apenas com reportagens do jornal *O Globo*, através das “matérias digitalizadas” disponíveis em seu acervo online. Tendo em vista as dezenas de jornais diários que circularam no Rio de Janeiro, a escolha pelo *O Globo* deu-se pelo fato de ser o único que acompanhou todas as décadas de pesquisa deste trabalho, estando em circulação até os dias atuais.

Logo de início, um dado chama a atenção para a trajetória da baía transformada paulatinamente em pauta jornalística: ao pesquisar “baía de Guanabara” - a frase exata, englobando as três palavras juntas-, os resultados mostram um crescente aumento de seu aparecimento nas matérias: são 438 resultados nos anos 1940; 753 na década de 1950; 2469 nos anos 1960 e 3138 na década seguinte. Nos anos 1990 o número chega a seu ápice: 5596 resultados, muito em função das diversas obras do Programa de Despoluição da Baía de Guanabara, e caindo para 4.935 a quantidade de vezes que “baía de Guanabara” foi escrito nas matérias dos anos 2000.

Apesar do maior número de ocorrências durante os anos 1990, a maior parte da atenção do trabalho se concentrará no momento em que ocorre a inflexão destes resultados: dos anos 1950 para a década seguinte, onde mais do que triplicam as ocorrências. Não por acaso, esse é um momento chave do noticiário sobre a baía, pois é quando aparecem as primeiras denúncias de poluição de suas águas. Não era completa novidade, entretanto, que se despejassem esgotos em seu espelho d’água desde antes do aparecimento das primeiras reportagens de denúncia. Portanto, uma das questões a serem levantadas é a maneira como o noticiário jornalístico atuou para a consolidação

de um problema público perante a sociedade. Porém, antes de traçar o problema da poluição e sua repercussão jornalística, é fundamental, como contraponto, analisar de que forma a baía de Guanabara apareceu nos jornais antes de lhe ocorrer o seu principal “gancho” jornalístico, que é justamente o seu processo de degradação ambiental. Para isso, analisaremos primeiramente a sua cobertura em *O Globo* durante os anos 1940.

4.1 Década de 1940: a baía “idílica” e a poluição fora de pauta

No arquivo do jornal, apesar de conter 438 referências à “baía de Guanabara” durante toda a década de 1940, as matérias não trataram, quase em nenhum momento, da baía propriamente dita como pauta principal de suas reportagens. É também preciso salientar que, tanto para esta década como para as posteriores, a maior parte da quantidade de ocorrências são apenas referenciais históricos ou de localização geográfica para dizer, por exemplo, que o time de futebol do Bangu “atravessará a baía de Guanabara para enfrentar o Canto do Rio no estádio Caio Martins”, e não sendo importante este tipo de referência para a pesquisa aqui desenvolvida.

Outra grande parte de ocorrências se referem a anúncios de imóveis, restaurantes, clubes ou eventos que oferecem a beleza da vista da baía como atrativo. É o caso de uma matéria sobre o oitavo aniversário do Club Municipal, quando inauguraria sua nova sede, que “desfrutaria dos mais belos panoramas da baía de Guanabara”(O GLOBO, 15/11/1940: 6). Ao analisar, por exemplo, apenas o ano de 1940, foram encontradas 19 matérias, das quais 10 tem a baía de Guanabara como uma referência positiva, normalmente seguida ou precedida de adjetivos como “linda” ou “admirável”. Um fato chama a atenção: somente em 1940 há cinco excursões pela baía de Guanabara sendo noticiadas. É o caso de um passeio organizado pelo Automóvel Clube em “Magé, a cidade a ser visitada (...) de onde se descortina a linda baía de Guanabara” (O GLOBO, 25/07/1940: 7). As excursões continuam durante os anos seguintes, evidenciando um aspecto da baía na época: era um grande ponto de encontros turísticos e de lazer, em uma cidade que apenas começava a crescer para as praias oceânicas.

É importante frisar o contexto em que as matérias se situam nesse momento: com a eclosão da Segunda Guerra Mundial, a ditadura do Estado Novo de Getúlio Vargas se mantinha ainda neutra no conflito. Em 1939 foi fundado o Departamento de

Imprensa e Propaganda (DIP), aparelho estatal de censura e controle do que era divulgado nos meios de comunicação da época, entre eles o rádio, cinema e a imprensa de forma geral. A forma de atuação do DIP se alinhava, contudo, às políticas norte-americanas e ao órgão ligado à defesa nacional estadunidense, chamado de *Office of the Coordinator of Inter-American Affairs (OCIAA)*.

No caso brasileiro a atuação ostensiva do OCIAA se deu com o apoio do DIP, que passaria a funcionar como uma espécie de continuação do escritório no Brasil, promovendo desde um intenso controle à imprensa e sua conversão para a exaltação dos valores estadunidenses, até a elaboração de cartilhas escolares e a implementação da obrigatoriedade do ensino do idioma inglês nas escolas. (ZAGNI, 2008: 74)

A relação que Zagni aborda entre o DIP e a OCIAA está intimamente ligada à chamada “política de boa-vizinhança” norte-americana para com seus “vizinhos” da América Latina. No caso brasileiro, a política da boa-vizinhança, junto à condução política do Estado Novo, tentou uma construção unificada de uma nacionalidade brasileira, como mostram Lilia M. Schwarcz e Heloisa M. Starling no livro “Brasil: uma biografia” (2015):

O Estado Novo forneceu régua e compasso a esse esforço de construção de uma nacionalidade triunfante, sustentada, numa ponta, pela crença na autenticidade da cultura popular e, na outra, pela mistura heterogênea de elementos culturais originários de várias regiões do país. (SCHWARCZ & STARLING, 2015:378)

Pode-se citar o sucesso da criação do personagem Zé Carioca, da *Disney*, para exemplificar a tentativa de aproximação americana com a criação estereotípica de uma identidade brasileira. Por outro lado, outra tentativa ligada ao cinema americano não teve a mesma sorte e sucesso: a vinda de Orson Welles ao Brasil para a produção do filme *It's All True*, retratando o carnaval carioca e a reconstituição da epopeia de quatro jangadeiros cearenses, que viajaram até a capital federal, em protesto por benefícios sociais junto ao governo Vargas. Em 27 de abril de 1942, *O Globo* anunciava: “Reconstituída por Orson Welles a chegada dos jangadeiros cearenses à Guanabara – A Baía de Guanabara foi transformada em cenário de filmagem sensacional” (O GLOBO, 27/04/1942: 1). Se o cenário da baía vinha sendo perfeito para mais um filme de Orson Welles, menos de um mês depois ocorreria a tragédia que ajudou a inviabilizar a obra:

“Jacaré pereceu afogado”, estampou *O Globo* no título da matéria, sobre a morte do famoso e heroico jangadeiro durante as filmagens.

Welles, entretanto, foi demitido pelo próprio estúdio antes do término das filmagens. A sua insistência em terminar a sequência dos jangadeiros e os custos operacionais foram citadas no relatório vindo do estúdio de *Hollywood*, que demonstrava preocupação com a demora de conclusão do projeto no Brasil. Para piorar a situação, seu filme *Soberba*, nos Estados Unidos, foi um fracasso de bilheteria. Rodrigo Zagni, porém, também explicita a visão crítica que o filme propunha -característica de Welles já conhecida desde *Cidadão Kane* (1941)- como um empecilho para a finalização do longa *It's All True*.

O problema maior não aparece no relato, inscreve-se em suas entrelinhas: consiste na queda de braço que Welles iniciou com o DIP, e que perdeu [...]. Sua visão crítica, que não aparecia na sequência “Carnaval”, mas em “Jangadeiro”, não interessava ao Escritório, muito menos o mal estar que resultava com o DIP e o Estado Novo. A inserção que conseguiu nas esferas governamentais não impediu que com “Jangadeiro” Welles passasse a constituir uma ameaça à aproximação entre Brasil e EUA. Quando a crítica não pôde mais ser anulada, quando Welles não desistiu da sequência e bateu de frente com as diretrizes do OCIAA, caiu em desgraça nas políticas do Escritório. *It's All True* ficou inacabado. (ZAGNI, 2008:86).

No mesmo mês de maio de 1942, outra situação internacional aconteceu na baía de Guanabara: a visita do lorde John Davidson, alto funcionário do Ministério de Informações da Inglaterra, acompanhado pelo embaixador inglês no Brasil, e a convite de Lourival Fontes, diretor-geral do DIP. A reportagem diz que a excursão pelos pontos pitorescos da baía de Guanabara “deixou a melhor impressão no ilustre visitante”. A essa altura, havia três meses que os submarinos italianos e alemães torpedearam as embarcações brasileiras no oceano Atlântico. Em agosto, o Brasil finalmente declararia guerra às forças do eixo.

Os exemplos de Orson Welles e lorde Davidson expõem um pouco do papel de centralidade que a baía de Guanabara exercia na época. No caso de Welles, considerado um dos maiores diretores de cinema todos os tempos, a beleza da baía de Guanabara seria mostrada para todo o mundo a partir da chegada triunfal dos jangadeiros, filme concebido em função da história real dessas pessoas. Não era do maior interesse do DIP e ao sentimento nacional brasileiro uma obra baseada em uma viagem arriscada para o pedido de benefícios sociais ao governo, em um país majoritariamente pobre.

Entretanto, as promessas aos jangadeiros foram cumpridas, e a atitude de viajar perigosamente até a baía de Guanabara seria repetida por diversos outros grupos de jangadeiros, nos anos de 1951 e 1956, por exemplo.

Quanto à visita de lorde Davidson, fica mais claro o papel fundamental que a baía exercia: em um Rio ainda concentrado em sua área central, é na baía que ocorrem a maior parte das excursões e do turismo, inclusive enquanto proposta diplomática. Suas praias e ilhas são roteiros-chave para os estrangeiros. A relativa calmaria de suas águas é que permite, também, o encontro de altas autoridades nacionais e internacionais nas lanchas e barcos. A baía é ponto central na vida da cidade, e dela participa ativamente, quase como uma espécie de “praça marítima”.

Três anos depois, outro episódio marcou a baía enquanto palco de um grande acontecimento. Com o fim da Segunda Guerra Mundial e a vitória aliada, foi noticiada a “triumfal chegada do primeiro escalão da FEB”, no dia 18 de julho de 1945. Os pracinhas desembarcavam vitoriosos no Distrito Federal: “A Guanabara oferecia um espetáculo, a bem dizer, inédito. Nunca se viram tantas embarcações, grandes e pequenas, reunidas assim, com os seus troféus, as suas divisas embandeiradas em festas, coalhando a baía.” (O GLOBO, 1945:1). Aglomerando uma multidão de pessoas, a festa se concentrou pela orla da baía de Guanabara.

Ao longo de toda a zona atlântica da cidade, havia uma agitada orla humana. [...] Das janelas dos edifícios de apartamento, alongavam-se ansiosos os olhares, no Flamengo, Botafogo e Copacabana. Mas, onde a massa era mais impressionante, de imensas proporções era no Cais da Praça XV de Novembro, do Mercado; na praia das Virtudes e Avenida Beira Mar. (O GLOBO, 1945:10)

Durante o início dos anos 1940, especialmente antes da entrada do Brasil na guerra, as reportagens que faziam menção à baía geralmente continham adjetivos elogiosos. Dentre as 438 matérias pesquisadas durante a década, foi encontrada apenas uma crítica acerca de maus-tratos às suas águas, fauna ou flora. No caso, uma matéria sobre uma situação específica e “isolada”, noticiando a abertura de um inquérito para apurar um despejo ilegal de 120 toneladas de peixe deteriorado nas águas da Guanabara. A ausência de reportagens encontradas nesta pesquisa que relacionassem a expressão “baía de Guanabara” com algum tipo de processo de poluição perduraria pelos próximos anos, até meados da década de 1950.

Ao relembrar, por exemplo, o relatório do Dr Del Vecchio em 1943, alertando para o excessivo número de micróbios e dejetos fecais na praia de Botafogo, é possível levantar uma hipótese de atuação do DIP para restringir matérias negativas, ou mesmo um sentimento patriótico do momento, que não incentivasse jornalisticamente a produção de matérias que denegrissem a imagem de um dos principais símbolos da nação.

Um possível exemplo dessa influência é uma reportagem de 1941, que estampa o seguinte título: “O Rio possui uma das melhores redes de esgoto do mundo! Da iniciativa arrojada de John Frederick Russell a modelar organização atual, tão perfeita como a de Londres e das mais famosas capitais” (O GLOBO, 20/1/1941:11). Durante toda a matéria, enaltece-se Russell, o britânico que foi o principal nome do início do sistema de esgoto carioca e da criação da City, ainda no período Imperial, concessionária de saneamento britânica, cujo contrato de concessão com o Estado terminaria nesta década de 1940. Até que ponto essa matéria pode ter sido fruto de influências do sentimento nacionalista do Estado Novo ou mesmo uma matéria publicitária revestida de jornalismo, com influência da própria City, são questões que abrem espaço para se duvidar da credibilidade desta reportagem e a real eficácia do sistema de esgotos da época.

Entretanto, tudo leva a crer que, apesar do aumento populacional e de industrialização do entorno da baía, o problema da poluição ainda não se configurava de forma generalizada. É provável não só que as águas da baía ainda apresentassem – na maior parte das praias- condições próprias para banho de mar, como os problemas de desaparecimento de espécies de peixes na baía ainda não tivessem se alastrado de forma contundente (estes tipos de denúncias só aparecerão nos jornais a partir de meados dos anos 1950). O processo de industrialização do entorno da baía também só seria intensificado na década seguinte, com a criação de indústrias como a Refinaria Duque de Caxias.

Independentemente da discussão sobre o quanto a baía já era poluída nesta época, um fato é mais do que fundamental para se entender o estilo da cobertura midiática verificada: a pouca importância dada à questão ambiental em todo o mundo, ainda não vista como um problema público, até o surgimento de diversas conferências internacionais que trataram do assunto a partir dos anos 1950 e 1960, a qual se destaca a Conferência de Estocolmo, em 1972.

No que concerne ao restante da década, 1946 foi especialmente um ano de muitos elogios à cidade do Rio de Janeiro e à baía. No dia 1º de março, um jornalista cubano afirma ser o Rio “a cidade ideal para o turismo”, em função da guerra que devastara a Europa. Uma semana depois, em matéria sobre alguns europeus do alto escalão governamental de seus países que desembarcariam no Rio de Janeiro, o diplomata belga Georges Marie comentou: “Há 30 anos, a caminho do Chile e Equador, eu passei pela baía de Guanabara, que eu já sabia ser a mais bonita do mundo”. A 30 de julho, um importante técnico perfumista espanhol, em matéria sobre a sua vinda ao Brasil para trabalhar e ajudar na expansão industrial do ramo, também se disse encantado com a beleza da Guanabara:

Várias vezes ouvira falar das maravilhas do Rio de Janeiro, no entanto, tudo excedeu a mais ampla das expectativas. Fiquei embevecido com a opulência panorâmica da entrada da baía. Creio que, no mundo, não exista coisa que se lhe compare. Estou maravilhado, francamente maravilhado. (O GLOBO, 30/7/1946: 5)

Menos de uma semana depois, *O Globo* noticiou os preparativos para a recepção do então general americano e futuro presidente Dwight D. Eisenhower no Rio de Janeiro. Dentre a programação prevista para o general, além dos compromissos formais, destacam-se um almoço na ilha de Brocoió, no interior da baía, e um passeio marítimo pela baía de Guanabara ao final da tarde.

Em dezembro, uma matéria inteira de elogios à cidade do Rio de Janeiro torna-se emblemática para a análise sobre a centralidade da baía no Rio da época. A reportagem esmiúça os elogios do escritor André Siegfried às belezas do Rio como um todo, das florestas e montanhas à arquitetura, não focando apenas na baía de Guanabara, como sempre foi de praxe. O jornalista chama a atenção para este fato e diz como o carioca se sente orgulhoso quando alguém sabe amar todas as belezas reunidas na cidade. A matéria de página inteira ajuda a confirmar a ideia de centralidade da baía de Guanabara no imaginário social dos estrangeiros sobre o Rio de Janeiro, e segundo o jornalista, até certo incômodo dos cariocas com o esquecimento das outras belezas da cidade.

Todos os turistas que nos visitam –e isso há mais de um século– cantam em prosa e em verso, principalmente em prosa, “a beleza sem par da baía de Guanabara”. Os nossos repórteres de anteontem e de ontem, subindo ao convés dos navios recém-chegados desfechavam, à queima-roupa, aos passageiros mais importantes: “Qual é a impressão

de V.Exa sobre a baía de Guanabara?”. Naturalmente, as respostas eram as esperadas: “Admirável”, “Incomparável” etc. [...] Certas músicas, certas frases, certos versos geniais, à força de repetidos, de remoídos, chegam às fronteiras dos “lugares comuns”. Todavia, não deixam de ser belos, geniais. A baía de Guanabara, os cariocas bem o sabem, porque a veem todos os dias, não teme confronto de beleza com as baías de Nápoles, Frisco ou do Bósforo. E além do mais, o carioca não gosta —e com toda razão— que se fale exclusivamente da baía, quando ela é apenas uma fração no conjunto das maravilhas do Rio. (O GLOBO, 10/12/1946:6)

Ainda no início de um processo de crescimento populacional para as praias oceânicas da Zona Sul, doze anos separam esta matéria de 1946 do “início oficial” do movimento da Bossa Nova, em 1958, surgido em Copacabana e tomado como um período de ouro na história do bairro. Entretanto, já desde o final da década de 1940 que a “princesinha do mar” passa a despontar como um dos cartões-postais do Rio para o mundo, dividindo, de certa forma, as atenções da Guanabara. É de um ano após essa última reportagem, em 1947, a primeira gravação da famosa música “Copacabana”, de Braguinha e Alberto Ribeiro, na voz de Dick Farney. Música símbolo do bairro, outras iriam lhe fazer companhia nos anos seguintes, como “Sábado em Copacabana” de Dorival Caymmi, com gravação de Lucio Costa em 1951. Depois do chamado *boom* de Copacabana, as praias do Arpoador —com o surgimento do surfe— e de Ipanema passariam a dividir ainda mais a atenção das belezas do Rio, também impulsionada pela “Garota de Ipanema” de Tom Jobim e Vinicius de Moraes.

Nota-se que, coincidentemente ou não, a ascensão destes bairros e suas respectivas praias deu-se no mesmo período em que começam a aparecer as primeiras notícias de poluição na baía de Guanabara e, conseqüentemente, o início de sua “decadência”, mesmo que fosse uma poluição ainda não consolidada em muitas reportagens, tampouco naturalizada no imaginário da população, em um processo que perpassa as décadas de 1950 e 1960.

No que tange à baía de Guanabara, apesar de passar toda a década de 1940 e boa parte de 1950 sem ter, em nenhum momento, sua imagem ligada à degradação ambiental generalizada, outros eventos ditos “negativos” ocorreram com frequência em suas águas durante esses anos, estampando as manchetes de jornais: o contrabando, além de naufrágios e acidentes de todo tipo. Notícias de cunho policial, as ocorrências da palavra “contrabandista(s)” junto à “baía de Guanabara” na mesma matéria, de acordo com o acervo d’*O Globo*, tiveram seu auge histórico nos anos 1950, com 21 aparições. Apesar de só se ter registro de duas matérias com essas palavras na década de

1940, uma notícia de 1941 demonstra que o problema já vinha acontecendo há tempos, mesmo que pouco noticiado:

Caça luminosa aos contrabandistas da Guanabara! Adiantadas as obras da Ilha de Santa Bárbara: voltará a funcionar o holofote que é o terror dos ladrões do mar. (...) Como se sabe, na Ilha de Santa Bárbara funciona um posto aduaneiro, que tem toda importância, porque controla toda a fiscalização da Guanabara. Seu holofote, que é o mais possante do Brasil, voltará à ação, varrendo as águas da baía a noite toda, numa vigilância permanente e intensiva contra ladrões e contrabandistas (O GLOBO, 19/08/1941: 4).

Quanto aos acidentes, colisões de lancha, naufrágios e vítimas afogadas, estes não são exclusividade dos anos 1940, mas perpassam todas as décadas até hoje, em maior ou menor escala. Um acidente que chamou a atenção e voltou os olhos –de forma trágica- da população para as águas da baía, no entanto, não foi marítimo, mas a queda de um avião da Força Aérea Brasileira, com 15 mortos, em agosto de 1947. Não foi o único acidente de avião sobre as águas da Guanabara, mas serve de exemplo para demonstrar a complexidade do que foi e continua sendo a baía: lugar de belezas naturais, poluição, referência de arte e cultura, polo econômico e industrial, contrabandos e outras formas de ilegalidades e, claro, acidentes.

Também na década de 1940 começaram a surgir obras e projetos que mudariam substancialmente a baía de Guanabara e a sua “essência”. Sempre referida às suas belezas naturais e bucólicas, o progresso também teria espaço em suas águas e entorno. Do ponto de vista do transporte, a baía que simbolizava a distância e dificuldade de locomoção entre seus lados opostos, seria modificada para possibilitar sua integração. Um primeiro exemplo são as obras para construção da rodovia circundando Niterói e Rio, em fevereiro de 1944. Entretanto, o progresso não poderia chegar sem que se modificasse o ambiente “natural” do entorno da baía.

Essa rodovia –que possibilitará circundar a baía de Guanabara- influirá, grandemente, no escoamento da produção de ricas regiões fluminenses. As obras da construção dessa estrada, dificultadas em virtude de zonas pantanosas atravessadas, numa extensão de 13 quilômetros, foram executadas pelo Departamento de Estradas de Rodagem (...) estando praticamente concluídos os serviços da estrada propriamente dita, faltando apenas a construção de três grandes pontes, sobre os rios Macacu, Guapi e Quaraim. (O GLOBO, 16/02/1944: 4)

Muitas matérias diziam respeito, também, ao aumento e reforma de barcas, bem como da estação da Praça XV, que seriam feitos pela Frota Carioca S.A., nova

concessionária do serviço. Todavia, foi o sonho de transporte rodoviário direto entre as duas cidades que deu início, em 1947, a uma discussão que duraria por muitos anos: a construção da ponte Rio-Niterói. Prefeito de Niterói à época, Celso Guimarães aludiu a um projeto de construção de uma ponte ligando o Caju a São Lourenço. A Marinha, entretanto, foi contra o projeto, pois “em caso de guerra, poderia ficar engarrafado o porto do Rio de Janeiro”. Nas décadas seguintes perduraria a discussão sobre qual seria a melhor opção, uma ponte ou um túnel. Durante boa parte dos anos 1960 a ideia do túnel parecia ser a melhor opção, até o projeto de se construir uma ponte sair “vitorioso”, na virada para os anos 1970, em decorrência do seu menor custo de realização.

As muitas ilhas da baía também sofreram processo de transformação. Em 1945, por exemplo, são desapropriadas duas ilhas para a instalação do Parque de Combustíveis da Aeronáutica. No mesmo ano, é definido o aterramento das ilhas do Fundão, Cabras, Bom Jesus, Sapucaia e adjacentes, para a construção da Cidade Universitária. Até então, a Vila Valqueire seria o espaço utilizado para a construção das instalações universitárias, mas em maio de 1945 a escolha pelo aterramento das Ilhas é confirmada e anunciada nos jornais.

O ministro Gustavo Capanema levou, na tarde de ontem durante o seu despacho com o presidente da República (...) encarregada da Construção da “Cidade Universitária”. Apresentando mapas e plantas, o titular da pasta da Educação e as demais pessoas presentes expuseram ao Sr. Getúlio Vargas, através de longo e minucioso relatório, as vantagens da construção dessa magnífica obra num conjunto de ilhas da Baía de Guanabara, em vez de Vila Valqueire, como fora assentado. O engenheiro Horta Barbosa salientou que, com um pequeno aterro, essas ilhas constituirão o melhor lugar, na capital da República, para a construção da “Cidade Universitária” (O GLOBO, 15/05/1945:1)

A criação da Cidade Universitária, através do aterramento e unificação das ilhas, constitui um entre muitos exemplos de aterros feitos na baía e que, por consequência, dificultam o fluxo e renovação de suas águas. Os exemplos vão desde os aterros ocorridos na região central do Rio ao longo de séculos, em decorrência da natureza pantanosa da cidade; a criação da Avenida Beira-Mar, pelo prefeito Pereira Passos, que resultou no fim de praias muito frequentadas pela população ao longo do século XIX, como a praia de Boqueirão do Passeio; até a realização do próprio aterro e Parque do

Flamengo, construído décadas depois, além de muitos outros casos de diminuição do espelho d'água da baía.

É exatamente na região onde foi criada a Cidade Universitária que, segundo COELHO (2007), teve início o desequilíbrio ecológico na baía de Guanabara. A região compreendida na chamada “enseada de Inhaúma” havia sido, antes, comprometida com o aterramento para o antigo aeroporto de Manguinhos e construção da Avenida Brasil, em fins dos anos 1920. O aterro da Ilha do Fundão dificultaria ainda mais a renovação de águas da enseada.

O resultado de tudo isso é que uma área superior a 800ha, em 1910, já em 1937 tinha diminuído para 660ha e, em 1957, para 460ha, quase a metade do original. A circulação das águas que, em 1937, era feita através de oito canais, com largura total de 1600m, vinte anos depois, em 1957, passou a ser feita escassamente por apenas dois canais (do Fundão e ilha dos Pinheiros), com largura total de menos de 500m. De 1957 até o final da década de 1970, houve um agravamento progressivo da qualidade e da quantidade das águas da enseada de Inhaúma. Os constantes aterros praticamente impediram a circulação de águas, acarretando o assoreamento de toda a enseada (cerca de 10cm/ano) e deixando à mostra seu fundo lamacento nas marés baixas. (COELHO, 2007: 138)

4.2 O surgimento e a consolidação da poluição como pauta: anos 1950, 60 e 70

É na década de 1950 que surgem as primeiras matérias que relacionam a baía de Guanabara com um processo de poluição e degradação ambiental. Há notícias em 1950 denunciando o despejo de esgotos e alertando sobre interdições e liberações de praia, mas é somente a partir da segunda metade da década que aparecem reportagens que ligam a palavra “poluição” à “baía de Guanabara”. A construção de um problema social da baía, decorrente das matérias publicadas a seu respeito, entretanto, não é absoluta, mas resultado de um processo que perpassa toda a década de 1960, quando a baía de Guanabara aparece cada vez mais nos noticiários e, ao mesmo tempo, as matérias de cunho ambiental da baía crescem junto. A “consolidação”, entretanto, da baía enquanto ecossistema definitivamente “poluído” remete aos anos 1970 em diante. Nesse momento, a mudança na forma como as matérias tratam o problema da poluição da baía indicará outro “estágio” de tratamento midiático à baía.

Podemos, assim, definir três estágios fundamentais da baía de Guanabara ao longo de décadas do século XX: um primeiro momento em que a poluição sequer entrou em pauta; um segundo momento, quando o processo de poluição entra em pauta ao longo dos anos 1950 e 1960, mas que ainda pensa em como evitar um problema que ainda não está consolidado; e um terceiro momento, quando podemos entender que o “estado natural” da baía é invertido: de lugar naturalmente bonito, limpo e com grande diversidade ambiental, mas que vem sofrendo com o problema conjuntural da poluição, a baía passa a se tornar, ao longo dos anos 1970 e 1980, uma região poluída de forma generalizada, epidêmica, com dificuldades de dissociação entre a poluição e a própria baía. Nesse terceiro momento, não se visa mais, em termos de mídia e poderes públicos, evitar que a poluição se generalize, pois esta já é considerada generalizada, entranhada por todo seu território. Visa-se, a partir de então, em muitas notícias, uma forma de diminuir seus impactos e garantir minimamente a sua sobrevivência, ou em matérias mais otimistas, uma forma de garantir a sua despoluição.

É evidente, também, que todos esses processos de mudança de “tom” das reportagens não foram perfeitamente retilíneos e uniformes, tendo matérias em períodos curtos de tempo que se “contradizem”. Apesar disso, há uma clara mudança de comportamento da cobertura midiática, sendo estudado especificamente o jornal *O Globo* para essa pesquisa, mas mudança que diz respeito a todos os jornais diários cariocas, de forma geral.

O surgimento e a expansão de utilização do termo “poluição da baía de Guanabara” segue linhas semelhantes em *O Globo* e nos outros jornais diários da época. De acordo com os dados do acervo online da Hemeroteca da Biblioteca Nacional, contando todos os jornais do acervo, o termo não aparece nenhuma vez na década de 1940, entre os 77 jornais da época consultados (não contando com *O Globo*). Nos anos 1950, o termo aparece 7 vezes. Na década seguinte, 58 vezes. Nos anos 1970, são 577 ocorrências, em um aumento de quase 1000% para a década anterior. Contando apenas o jornal *O Globo*, os resultados referentes às décadas são, respectivamente, zero, 1, 29 e 234 ocorrências.

É preciso salientar que esse resultado corresponde ao termo “poluição da baía de Guanabara” como um todo, junto, não compreendendo, portanto, matérias em que se poderia falar de outros processos de poluição. Apesar disso, o resultado mostra como o termo –unificado– ganhou autonomia ao passar dos anos, associando cada vez mais uma palavra à outra. É claro que se pesquisarmos, apenas no jornal *O Globo*, a quantidade de

vezes em que “poluição” e “baía de Guanabara” se encontram na mesma matéria, mesmo que separados, os resultados serão ainda maiores: 4, 69 e 692 ocorrências, nas décadas de 1950, 1960 e 1970, respectivamente. Nota-se que, ao cruzarmos os dados expostos na página 32 deste trabalho (em que se referem às ocorrências apenas do termo “baía de Guanabara”) com os de “poluição” e “baía de Guanabara” na mesma matéria, teremos um aumento proporcional substancial. Mesmo com as ocorrências de “baía de Guanabara” crescendo década após década, as referências à sua poluição aumentaram em ritmo ainda mais acelerado, representando boa parte de todas as matérias que fazem menção à baía: 0% em 1940, 0,5% em 1950, 6,8% em 1960 e 22% de 1970. Ou seja: mais de um quinto de todas as matérias que continham “baía de Guanabara” nos anos 1970 – aí inclusos anúncios imobiliários e referências geográficas ou de qualquer ordem-, apresentaram a palavra poluição na mesma matéria, aparentando um quase monopólio da temática da poluição em matérias que tinham a baía de Guanabara como ponto principal da pauta.

Quantitativamente, estes são dados significativos que evidenciam a mudança de tom da imprensa para com a baía. Qualitativamente, é difícil abranger as milhares de matérias dos anos 1970, e sabemos que o termo “poluição” pode se referir tanto à “terrível poluição da baía”, por exemplo, ou às “obras que estão sendo feitas para acabar com a poluição da baía”. Sendo assim, após abordarmos todas as matérias mais relevantes –ambientalmente ou não- dos anos 1950, o trabalho será concentrado, nos anos 1960, nas matérias que contenham menção aos problemas ambientais da baía e, posteriormente, comparando o teor das matérias dos anos 1960 com matérias específicas de alguns anos da década de 1970. A proposta de pincelar matérias específicas desta década, que tivessem uma postura diferente das dos anos 1960, será tentar mostrar, qualitativamente, a maneira com que a baía de Guanabara foi saindo deste “segundo momento” de sua história de cobertura jornalística, passando a ser tratada, cada vez mais, como uma região de poluição generalizada.

Outra ideia básica desta mudança de “estágio” e tratamento midiático que teve início nos anos 1970 e intensificação nas décadas seguintes, parte do pressuposto de que só se pode visar à despoluição de algo que já é tido como poluído, em seu conceito mais amplo. Não por coincidência, o termo “despoluição”, associado à “baía de Guanabara”, surgirá pela primeira vez nos anos 1970, em dez ocorrências, e se intensificará para 110 nos anos 1980 e 960 aparecimentos na década de 1990 - neste último já muito influenciado pelo Programa de Despoluição da Baía de Guanabara, com suas obras

sendo noticiadas frequentemente-. O surgimento e popularização da ideia de se “despoluir” algo só pode, portanto, vir após esse algo ser considerado “naturalmente” como poluído. No caso da baía de Guanabara, a popularização do uso deste termo nos anos 1980 e 1990 parece estar atrelada à mudança de tom que começou, pouco a pouco, nos anos 1970 e fez com que chegássemos aos incríveis 17,1% de matérias com menção à baía, contendo o termo “despoluição”, nos anos 1990 –proporção quase igual à de “poluição” e “baía de Guanabara” na década de 1970-. Do ponto de vista de criação da pauta jornalística, a “novidade” a ser noticiada passa a ser, cada vez mais, a despoluição da baía de Guanabara em relação à poluição, que já não era mais novidade para ninguém.

4.2.1 Década de 1950: as primeiras matérias denunciativas

A década de 1950 começa já com matérias sobre despejo de esgoto em praias, inclusive na baía. Essas matérias não tratam, entretanto, de um problema de poluição da baía como um todo, mas usam um tom circunstancial dos despejos e das obras que sanarão o problema em pouco tempo. Em uma matéria de 17 de janeiro, fala-se de obras sendo realizadas para impedir o despejo de esgoto que estava acontecendo na praia de Botafogo, especificamente. No dia seguinte, uma matéria, de certa forma pioneira, trata do plano de obras do Departamento de Água e Esgoto da prefeitura. Segundo essa reportagem, que precede em ao menos cinco anos as outras que viriam do mesmo cunho, as águas da baía são “suspeitas”.

[...] a Baía é soberba, o panorama que se descortina daquelas praias ensolaradas é magnífico, mas as águas que sobre elas se arrojaram em ondas suaves, raramente enfurecidas em ressacas, são suspeitas, em consequência da incúria das administrações municipais (O GLOBO, 18/1/1950: 1)

Ainda em 1950, uma reportagem denuncia a pesca ilegal da sardinha miúda nas épocas de desova. O problema estaria afetando a quantidade do pescado na baía, problema que tomaria forma anos depois, já com referência à poluição. No ano seguinte, uma interessante matéria trata do problema turístico do Rio, no que tange ao recebimento de estrangeiros e a falta de informações para o turista que fica “perdido pelos hotéis de Copacabana”. Um norte-americano, especialista em Relações Públicas,

fez a seguinte observação sobre o assunto: “Se vocês não conseguem convencer o mundo a visitar o Rio, que possui o Pão de Açúcar, o Corcovado, a Baía de Guanabara, as favelas e o carnaval, então é melhor desistirem”. Nota-se o papel importante que a baía continua ocupando na cidade, mesmo com a forte ascensão de Copacabana.

Em 1953, é anunciada a produção americana de um novo processo tridimensional conhecido por “Cinerama”, em que trinta países do mundo inteiro serão filmados, com a baía de Guanabara e o carnaval carioca representando o Brasil: “Após focalizar a Guanabara e o carnaval, o grupo filmará –por exemplo- as pirâmides do Egito, as ruínas de Atenas [...] Pode-se dizer, mesmo, que será uma história sobre as “maravilhas do mundo”. (O GLOBO, 06/02/1953:5).

Do ponto de vista cinematográfico, outra obra teria, seis anos depois, a baía de Guanabara e o carnaval como um dos pontos-chave para um dos maiores sucessos da sétima arte feita em território brasileiro. A coprodução franco-brasileira para “Orfeu Negro” daria a vitória do filme no festival de Cannes de 1959. A adaptação da peça “Orfeu da Conceição”, de Vinicius de Moraes, foi louvada na França, contendo algumas das primeiras canções da Bossa Nova a tomarem o mundo. Em matéria de maio, a crítica expõe o “cenário magnífico” do filme: “A cor, pujante e audaciosa nas sequências carnavalescas, assume nuances de suavidade na reprodução da beleza crepuscular da Baía de Guanabara, vista do alto das favelas” (O GLOBO, 22/5/1959:6)

A cultura negra brasileira, retratada sob a ótica do samba em Orfeu Negro, passaria a ser pauta de jornal do ponto de vista da religiosidade, com as grandes festas de fim de ano e as oferendas à Iemanjá nas praias da baía e também no meio de suas águas. O jornal, entretanto, mostra desconhecimento –ou preconceito- acerca do rito, em que cita a homenagem à “personagem da lenda indígena”. Doze anos depois, o jornal *O Globo*, de forma inegavelmente preconceituosa, denunciaria não só a poluição verdadeira dos esgotos, mas uma suposta “poluição cultural” nas praias da Guanabara: “Há, inclusive, a poluição cultural, caracterizadas pelos “despachos” de macumba, que deixam na areia cacos de vidros, galinhas mortas, cabeças de cabrito, farofa, bebidas, charutos, fitas, velas, flores etc” (O GLOBO, 19/9/1966:3)

Por outro lado, do ponto de vista católico, a visita do cardeal D. Jaime Câmara para o famoso Congresso Eucarístico de 1954 renderia um aterramento da região do calabouço para comportar o contingente previsto de mais de um milhão de fieis.

Até dezembro próximo, os trabalhos do aterro estarão concluídos. Serão lançados ao mar cerca de 800 mil metros cúbicos de terra, correspondendo a uma faixa de terra irregular, que começa com 15 e termina com 300 metros de comprimento. (O GLOBO, 04/02/1954:7)

Em dezembro do mesmo ano, uma notícia anuncia a circulação da edição de natal da revista “Brasil Moderno”, que mostra fotografias inéditas de vários pontos e obras ao longo do Brasil, entre elas “as arrojadas obras de melhoramentos do Distrito Federal com o aterro de parte da Baía de Guanabara e desmonte do morro de Santo Antonio” (O GLOBO, 18/12/1954:7).

Quase dois anos depois, em 1956 uma matéria finalmente denunciaria os constantes aterros e obras na Guanabara e alerta, em tom catastrófico, para o “perigo de desaparecimento” da baía. Os aterros ainda não são, entretanto, ligados à questão do fluxo de águas, poluição e acúmulo de detritos, mas especialmente quanto à navegação, profundidade e à própria grandeza da baía.

Motivo de preocupação, isso sim, é o que está acontecendo na baía de Guanabara. Tal como aconteceu à lagoa Rodrigo de Freitas e a muitas outras do litoral brasileiro, a linda Guanabara está condenada pelo mais criminoso descasar dos responsáveis pela administração do país, nas últimas décadas. O lançamento ao mar dos morros da cidade e do refugo das obras para o alargamento das avenidas e construção de aeroportos, jardins e esplanadas, cobre de areia as margens e diminui constantemente a profundidade da baía [...]. Dentro de certo tempo, a baía de Guanabara, entupida, estará isolada do Oceano. O seu esplêndido porto será fechado e tornado inútil aos movimentos marítimos [...] esse terrível prognóstico não é fantasia ou pessimismo. Desgraçadamente é uma verdade prevista –matematicamente- e medida como um fenômeno astronômico (O GLOBO, 12/10/1956: 7)

É a partir da segunda metade da década que começam a pipocar as primeiras matérias com denúncias de cunho ambiental acerca da poluição da baía. Apesar de em 1955 anunciarem a Guanabara “livre de esgotos” devido à obra concluída que deixava de despejar o esgoto em Botafogo, para fazê-lo no costão do Pão de Açúcar, dois anos depois, em agosto de 1957, tem-se a primeira matéria, entre todo o acervo d’*O Globo*, a tratar do “fenômeno poluição” da baía de Guanabara. A matéria é sobre o desaparecimento de peixes: “O peixe está desaparecendo: aterros, águas poluídas ou envenenadas contribuirão para que se desertem as águas da Guanabara – um técnico aponta providências imediatas para solução do problema.”. O oficial da Marina e professor de oceanografia, pesca e piscicultura, Antônio da Costa Pimentel, deu longa entrevista para a reportagem:

Sobre água poluída, já temos o exemplo da Lagoa Rodrigo de Freitas, que poderia ser um manancial de peixe fresco, a suprir todo o Distrito Federal. Cientistas do Instituto Oswaldo Cruz, mediante pesquisas, numa vasta zona da baía de Guanabara, determinaram as razões das poluições das águas, causas do desaparecimento da flora e fauna [...]. A leitura recente da impressionante sùmula de trabalhos e observações a respeito da poluição das águas da enseada de Inhaúma e junto à ilha dos Pinheiros, no fundo da baía de Guanabara [...] trouxe nítidas e insofismáveis informações sobre esse mal que pode estender-se à maior superfície da baía de Guanabara (O GLOBO, 01/08/1957:3)

Junto ao longo texto, há um mapa que reforça a última frase citada pelo professor. Na legenda de “águas poluídas” encontra-se apenas a região da enseada de Inhaúma, tratando-se, portanto, ainda de uma poluição localizada da baía, mas com possibilidade de se estender à outras áreas. O professor fala, ainda, das providências a serem tomadas, entre elas evitar novos aterros dos canais existentes, dragando-os, se possível. Outras providências chamam a atenção pela novidade: “tratamento dos resíduos industriais, para que se tornem menos tóxicos (...). Aumentar a fiscalização e policiamento para que os resíduos de petróleo e detritos comprovadamente tóxicos sejam lançados no oceano e não dentro da baía, como vem sendo feito”.

A questão do lixo industrial e seu impacto na baía era relativamente nova. Apesar de já existirem indústrias antigas na cidade, como a Fábrica Bangu, que segundo Coelho (2007) ajudou a poluir a baía pelo fato de seu lixo industrial, proveniente da indústria têxtil, desaguar no rio Sarapuú - um dos principais formadores desse rio é conhecido como rio das Tintas, em decorrência dos efluentes coloridos-, quase todas as principais indústrias poluidoras da baía chegaram ao Rio de Janeiro a partir dos anos 1950. Entre essas indústrias estão: a Refinaria Duque de Caxias (Reduc), com obras iniciadas em 1957 e concluídas em 1961; a Bayern do Brasil, inaugurada em 1958 na cidade de Belford Roxo; a Refinaria de Petróleo de Manguinhos, criada em 1954; a Companhia Eletroquímica Pan-Americana, iniciada em 1950 e a Petroflex, antiga Fabor, que entrou em funcionamento em 1962, como uma unidade operacional da Petrobrás.

No ano seguinte a essa reportagem inaugural sobre “poluição das águas da baía”, outra matéria sobre os esgotos do Rio seguiria a mesma linha e, a partir de então, não cessariam mais as matérias sobre poluição, mesmo que ainda com pouca frequência. Em 1959, outra notícia sobre o desaparecimento de peixes e, dois dias depois, a resposta do Poder Público frente à situação: uma reportagem que trata das providências estatais para

o problema, como a criação do lançamento submarino de esgotos da Zona Sul e a construção de novas Estações de Tratamento de Esgoto.

Para que se fizesse o lançamento submarino, inaugurado quase duas décadas depois nas Ilhas Cagarras, era preciso, primeiramente, conhecer as correntes marítimas da Zona Sul, de forma a definir o melhor local de construção do emissário, para que o esgoto lançado ao mar aberto não voltasse à baía de Guanabara. Visando esses estudos, o Departamento de Esgotos Sanitários e a SURSAN começaram a campanha de lançamento de dezenas de milhares de “cartões de deriva”, contendo questionários para a população preencher, indicando a data e a praia em que foram localizados. O engenheiro Válter Ribeiro Sanches comentou sobre a ideia e acusou a pouca importância que vinha sendo dada aos problemas ambientais no Brasil até então.

Um estudo pela primeira vez, com esse vulto, atacado com carinho e afinco no Brasil. Tanto que há anos atrás, a ONU promoveu um questionário referente à poluição de procedência de despejos industriais e outros despejos e o Brasil foi o único país que não respondeu”. (O GLOBO, 21/1/1959:8)

Outro engenheiro que participou da entrevista, Enaldo Cravo Peixoto era diretor do Departamento de Esgotos Sanitários da SURSAN e falou sobre os estudos para conhecer as causas da poluição da baía. Segundo ele, concorrem para o fenômeno:

Despejos in natura (sem tratamento) proveniente da rede de esgotos sanitários; os despejos industriais através da rede pluvial ou através dos córregos e rios, que deságuam na baía de Guanabara; os despejos das refinarias de petróleo e dos depósitos de óleo das companhias de petróleo; os despejos dos navios no porto; o grande despejo de lixo na Sapucaia (O GLOBO, 21/1/1959:8)

Foi provavelmente a primeira vez em que se elucidou o problema de poluição da baía na mídia, apontando todas as suas principais causas. O engenheiro ainda comenta as próximas estações de tratamento a serem construídas, na Penha e Ilha do Governador, e as outras duas em fase de estudos, na Alegria e em Vigário Geral. Nos dias e meses seguintes, algumas matérias especulando o destino dos cartões, que teriam ido a Cabo Frio.

Em setembro do mesmo ano, Enaldo Cravo Peixoto, que a partir de então protagonizaria boa parte das reportagens da virada da década, fez uma conferência com base em levantamentos de dados feitos pela entidade urbanística. Na reportagem do *O Globo* sobre a conferência, uma importante constatação do engenheiro: “Nossa rede de

esgotos é proporcionalmente menor que há um século atrás”. Enaldo diz, ainda, que há um século a relação do tamanho da rede de esgotos pela da população era de 1,10m por pessoa, índice que em 1959 estaria em apenas 0,27m. A reportagem não deixa claro, mas a comparação parece ser em relação às obras do primeiro contrato da City, assinado em 1857, com as obras se iniciando em 1862. De qualquer forma, o fato é que as obras durante o século XX ficaram longe de acompanhar o crescimento populacional carioca, decorrente tanto dos aumentos da taxa de natalidade, como da imigração regional que se intensificava cada vez mais.

De acordo com os dados demográficos do IBGE, a população do Rio que era de 274.972 pessoas em 1872, já chegava a 1.157.873 em 1920 e 1.764.141 em 1940. Para a década seguinte, o número cresceu em mais de 600mil pessoas, alcançando 2.377.451. Da década de 1950 para a década de 1970, momento crucial para o processo e a consolidação da poluição da baía de Guanabara, o aumento foi de praticamente dois milhões de pessoas, alcançando 4.315.746 de habitantes só na capital, sem contar o crescimento de outras cidades da região metropolitana, cujos detritos também desembocam na baía.

Quanto à reportagem anterior, é importante notar que as obras do emissário submarino que seriam concluídas nas Ilhas Cagarras, tratariam, em boa parte, a poluição das praias oceânicas da Zona Sul. Nessa época, inúmeras matérias denunciavam não só o despejo de esgotos em praias da baía como Botafogo e eventualmente Flamengo, mas especialmente o lançamento nas praias do Leblon e Copacabana. Em outubro de 1957, por exemplo, uma pequena nota de jornal anuncia a volta dos banhistas à praia do Flamengo, que havia sido interditada. Entretanto, era uma interdição de caráter circunstancial, para reparos internos da galeria.

Tendo sido concluída a primeira parte do conserto da galeria de esgotos da Rua das Laranjeiras, o Departamento de Esgotos Sanitários da P.D.F suspendeu o despejo que vinha sendo feito, nas horas de máxima descarga, no rio Carioca, cessando, em consequência, os motivos que determinaram a interdição da praia do Flamengo para banhos. (O GLOBO, 26/10/1957:6)

Alguns meses antes, *O Globo* publicara matéria sobre esgoto em Copacabana.

O carioca atualmente impedido de se banhar na praia de Copacabana, em frente à Rua Sousa Lima, onde a sujeira é enorme em virtude de extravasamento de esgoto, há de ter paciência. O problema somente

será resolvido daqui a alguns meses, quando a Prefeitura instalar nova estação de bombeamento. (O GLOBO, 30/5/1957:11)

É verdade que a baía vinha enfrentando sérios problemas denunciados nos jornais em pontos específicos, como a enseada de Inhaúma, mas ainda não se verificava uma discrepância de “importância” e de número de banhistas entre as praias da baía e as oceânicas, ao contrário dos tempos atuais. As próprias matérias mostram que, no que tange à limpeza das praias e o banho de mar, não havia grande diferença entre essas regiões. Apesar de localizadas em mar aberto e, portanto, com muito maior capacidade de renovação de águas, as praias oceânicas da Zona Sul também sofrem durante anos com o despejo de esgoto lançado diretamente em valas pela areia. O problema acontece também em função do crescimento dessa área da cidade, e só seria sanado com a conclusão das obras do emissário submarino, apenas em 1975.

No caso da baía, para não ficar apenas nas praias de Botafogo e Flamengo, é importante notar a ausência de matérias encontradas nesta pesquisa sobre interdição ou liberação de banho de mar nas praias da Ilha do Governador durante os anos 1950: é pouquíssimo provável que suas águas estivessem de fato sempre aptas ao banho, inclusive por conta de sua proximidade com a praia de Ramos e a enseada de Inhaúma, já considerada poluída pelo Poder Público. Há algumas poucas matérias, inclusive, atentando para o problema da mortandade de peixes nas praias de Ramos e na Ilha. Cabe pensar que a ausência de matérias sobre banho de mar diz respeito a alguma linha editorial do jornal *O Globo* e sua possível tendência de cobrir determinadas regiões da cidade, como a Zona Sul e Centro. A Ilha do Governador, entretanto, entrará em pauta anos depois, já com a eclosão da poluição generalizada.

Diante disso tudo e alheio ao início das matérias de denúncia ambiental, duas reportagens, apesar de aparentemente pouco relevantes, reafirmam o prestígio que a baía ainda gozava durante o fim da década e a ainda não transformação da poluição em de fato um problema para o banho de mar. Na primeira, em 1957, a coluna social de Ibrahim Sued no *O Globo* comenta a vinda de diversas modelos mundialmente conhecidas, entre elas a Miss Elegância da França do ano anterior, Monique Liebel, e o mergulho na baía de Guanabara que elas fariam no mesmo dia. Na segunda reportagem, do ano seguinte, comenta-se a visita de sete bailarinas californianas em excursão para o Rio. Nas entrevistas, as moças se mostraram deslumbradas com a cidade e a Guanabara: “Meu Deus! Esta baía de Guanabara é mais bonita que a de São Francisco”, comentou a primeira. A outra perguntou: “Todo mundo trabalha, aqui no Rio? Não é possível.

Numa terra como esta, com este mar, este sol e este clima, quem trabalha não sabe o que está perdendo...”. Uma terceira bailarina ainda elogiou a baía mais uma vez, durante passeio no Pão de Açúcar: “Francamente, nunca pensei que o Rio fosse tão bonito. As águas de sua baía são mais azuis ainda vistas de longe, do alto.”. (O GLOBO, 11/08/1958: 6)

4.2.2 Décadas de 1960 e 1970: a intensificação e consolidação do problema

Se durante toda a década anterior foram registradas apenas quatro matérias do jornal *O Globo* contendo “poluição” e “baía de Guanabara” na mesma reportagem, os anos 1960 desbancariam esse número logo em seu primeiro ano. Durante toda a década, são 169 matérias encontradas com essas menções, sendo mais de um terço destas somente no ano de 1969, quando o problema começa a assumir outras proporções.

É no decorrer desta década que o problema de poluição da baía de Guanabara é apresentado, efetivamente, à população carioca. É um problema que está em processo, acontecendo naquele momento, e as obras para sua solução visariam impedir uma futura poluição generalizada. Apesar do crescimento das manchetes, a população, em sua maioria, continuava a frequentar as praias da baía durante os anos 1960. Durante boa parte da década, as matérias jornalísticas pouco tratavam do problema da balneabilidade dessas praias, salvo em locais e situações específicas, normalmente tratadas pelo Poder Público e divulgada pela mídia como um problema circunstancial, que seria resolvido tão cedo acabassem certas obras de aumento ou reparo das redes saneamento.

Logo no primeiro verão da década, uma matéria emblemática da diferença de cobertura midiática do estado ambiental da baía nos anos 1960 e as matérias das décadas seguintes: a diferença entre “poluição” enquanto o ato de poluir e portanto uma ação rotineira, mas não o estado fixo de um ambiente, e o fato de um lugar já estar poluído, enquanto ecossistema poluído. A matéria mostra como a poluição, apesar de já ser grande o suficiente, ainda não é confundida com uma baía poluída. O título da matéria é forte, mas mostra como a preocupação também é ainda ligada à fauna, tal qual as matérias anteriores sobre o desaparecimento de peixes.

Estão acabando com a fauna da Guanabara! - O Departamento de Esgotos Sanitários da Prefeitura [...] está ampliando seus estudos para a localização submarina do terminal de esgotos da Zona Sul, à procura

de um meio que evite a contaminação contínua da Baía de Guanabara.
(O GLOBO 18/1/1960: 3)

O uso do verbo acabar no gerúndio no título da matéria, bem como a palavra “evite” dão a ideia de um problema que está acontecendo. Por outro lado, no decorrer da matéria o problema não parece ser tão dramático para o leitor do jornal. O lançamento de óleo e combustíveis por navios atracados no porto é tido como uma das causas mais graves dessa poluição. Entretanto, a ideia de se afetar apenas a vida marinha parece deixar o problema ainda distante do leitor e da sociedade.

O perigo representado pelo lançamento criminoso de óleo não diz respeito, propriamente, à higiene da baía, e sim à asfixia da vida submarina pela camada de combustível que impede a oxigenação da água. As sardinhas, antes tão abundantes na baía, já praticamente desapareceram. (O GLOBO 18/1/1960: 3)

O foco da matéria na degradação da fauna dá a impressão de que o problema não interfere na vida do cidadão médio carioca, senão dos pescadores. Também não é impossível que esse tipo de matéria fosse visto por muitos leitores como algo exagerado, sensacionalista ou de pouca importância. O comandante Paulo Moreira da Silva, autoridade em hidrografia e navegação, entretanto, é enfático em sua declaração na reportagem: “É preciso uma providência enérgica a fim de evitarmos a perda da baía de Guanabara!”.

Ainda em 1960, é inaugurada a Estação de Tratamento de Esgotos da Penha e criada uma Comissão Interestadual para combater a poluição das águas da Guanabara. O engenheiro Enaldo Cravo Peixoto informa que a solução do problema da poluição é a criação de uma comissão executiva composta por representantes dos estados do Rio e da Guanabara, além do Governo Federal. Com a transferência da capital para Brasília, o antigo Distrito Federal passa a ser o Estado da Guanabara, até a fusão dos dois estados, em 1975.

Enaldo é importante personagem na luta contra a poluição da baía na virada da década. Quase todas as matérias d’*O Globo* que tratam do tema neste período são feitas a partir de suas declarações, em grandes entrevistas, em que ele trata de diferentes faces do problema. Em matéria de 1961, com o título de “Terrível ameaça sobre a Baía de Guanabara”, Enaldo faz o certo prognóstico:

A poluição afetará o uso das praias como balneários, a utilização de seus remansos para esquiagem e regatas, a pesca esportiva e

profissional, a navegação em geral, inclusive o iatismo, e o efeito paisagístico, fonte de atração turística. No caso específico da baía de Guanabara, as suas águas vêm sendo inutilizadas, gradativa e constantemente, por despejos das redes de esgotos sanitários da cidade [...]; aterros de lixo; despejos da Refinaria de Mangunhos; rios que desembocam na baía e trazem despejos de indústrias (O GLOBO, 28/4/1961: 17)

A matéria também dedica um parágrafo à preocupação do engenheiro com o lançamento de óleo dos navios, especialmente na hora da lavagem. Segundo ele, esse é um dos principais fatores de poluição da baía. Na época, há de se frisar uma convenção realizada em Londres em 1954, para debate das consequências do lançamento de óleo no mar. Entre 46 países participantes, o Brasil não foi representado nesta que foi uma das conferências pioneiras da área ambiental no mundo.

Após a 2ª Guerra mundial a capacidade de transporte de navios mercantes aumentou e dessa forma, os navios petroleiros também aumentaram seu porte e junto com a racionalização de custos em função de uma quantidade maior de carga transportada, o aumento das embarcações trouxe em seu bojo uma possibilidade indesejável: os grandes desastres ambientais causados por derrames acidentais de petróleo. (CABRAL, Luiz José, 2010:1)

O inglês Graham Brockis em seu livro *Preventing Oil Pollution of the Sea*, atesta para o início dos acordos internacionais.

Os primeiros reconhecimentos para a natureza deste problema internacional são evidenciados pelos esforços em 1926, em uma conferência em Washington, e alguns anos depois, sob o incentivo da Liga das Nações, para introduzir medidas de prevenção à poluição dos mares. Esses esforços iniciais não produziram nenhum acordo, mas a conferência internacional de Londres em 1954, sob a égide do Governo Britânico, em que cerca de 40 países foram representados, conduziu para um desfecho melhor sucedido. Nesta conferência, foi elaborada a Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição do Mar por Óleo. A convenção, que veio ganhar força internacional em 26 de julho de 1958, um ano após o número necessário de ratificações serem adquiridas, proibiu a descarga persistente de óleo ou compostos de óleo em zonas designadas como proibidas. (BROCKIS, Graham J, 1967: 297)⁷

⁷ Tradução nossa. Original em inglês: Early recognition of the international nature of the problem is evidenced by attempts in 1926 at a conference in Washington, and some years later under the sponsorship of the League of Nations, to introduce sea pollution prevention measures. These initial efforts did not produce any agreement but the international conference held in London in 1954 under the aegis of the British Government, and at which some 40 countries were represented, led to a more successful outcome. At this conference, the International Convention for the Prevention of Pollution of the Sea by Oil was drafted. The Convention, which came into force internationally on 26th July, 1958, a year after the

Enaldo Cravo Peixoto segue, na matéria, denunciando o despejo de óleo por navios, atestando para a ausência do Brasil nesta Convenção de Londres, e pedindo seriedade para o enfrentamento do problema. Segundo o engenheiro, na Califórnia chegam “até a prender o comandante do navio responsável pelo despejo de óleo no porto”. Hoje em dia, a questão da lavagem e do despejo de óleos de navios melhorou significativamente na baía. A exceção são os grandes desastres de derramamento de óleo, como os que ocorreram em 1975 e 2000.

Em junho de 1961, Enaldo acompanha um fotógrafo para tirar as primeiras fotos publicadas em jornal a retratarem as mazelas da baía de Guanabara. O objetivo é apresenta-las ao presidente Jânio Quadros, em uma exposição sobre os problemas do Estado. Baseada nas fotos tiradas que estampam a primeira página do jornal, a matéria realça “três aspectos” que podem ser percebidos nas imagens.

As favelas, como verdadeira chaga a atingir as belezas naturais do Rio, com suas valas poluídas cortando em várias direções os aglomerados humanos que se formam com os barracos; o lançamento dos esgotos *in natura* nas praias da Zona Sul, fora da baía e as manchas decorrentes desse lançamento; e a poluição da baía de Guanabara por manchas de óleo.” (O GLOBO, 15/6/1961:13)

Quatro meses depois, é anunciado o apoio do Governo Federal para obras no estado da Guanabara que incluiriam, ironicamente, o aterramento para construção de um cais de saneamento entre a ponta do Caju e a foz do rio Meriti, onde ficaria a Estação de Tratamento de Esgotos Sanitários da Zona Norte (Alegria), que “permitirá o controle da poluição da baía”. No fim do ano, o governador Carlos Lacerda responsabiliza grupos de industriais pelo lançamento de duas mil toneladas diárias de lixo na baía. Ao afirmar que lutará nas ruas contra o problema, o udenista diz contar com o apoio da imprensa. “Conto para isso com o apoio da imprensa, seja qual for o seu matiz político, pois se trata de um caso de interesse público e até mesmo da saúde da população” (O GLOBO, 10/11/1961:4)

O tratamento dado à questão da poluição da baía nos anos seguintes continua seguindo uma linha parecida: há evidências suficientes e consciência política, técnica e midiática de se tratar de um problema sério, mas a abordagem da situação, pela mídia e

necessary number of ratifications had been acquired, prohibited the discharge of persistent oil or oily mixtures in designated prohibited zones.

autoridades públicas, ainda transita entre a denúncia da situação e o interesse de evitar, controlar ou impedir um problema que ainda não se dá de forma generalizada e que está fundamentalmente atrelado à questão dos peixes e mau-cheiro, visto que a balneabilidade das praias ainda não entrou em jogo enquanto problema sistêmico-.

Em 1962, apenas duas matérias tratam do assunto: uma se refere à participação de representantes da SURSAN em conferência realizada em Londres sobre poluição de águas; a outra diz respeito à urbanização de toda área aterrada do aeroporto Santos Dummont até a enseada de Botafogo, em que cita os estudos para construção de cais adequado, visando a preservação das águas da enseada da Gloria, contra uma eventual poluição causada por esgotos pluviais.

Em 1963, uma matéria chama a atenção. Em seu título: “Providências para impedir a poluição da baía de Guanabara”. O início da matéria parece um filme repetido: a não participação do Brasil em um convênio ocorrido novamente em Londres, no ano de 1962, e que estabeleceu as áreas em que um navio deve despejar seus detritos, especialmente o óleo. O estranho aqui é que, no ano anterior, representantes da SURSAN foram à Londres a uma conferência, mas, ao que parece, não à convenção e ratificação do acordo.

Essa não participação do Brasil seria, na visão do Comandante Luis Fernando Burlamarqui, capitão dos portos do Rio, a grande responsável pelo estado de sujeira da baía de Guanabara. A fala foi realizada em uma reunião com o engenheiro Enaldo Cravo Peixoto e autoridades federais e estaduais. Diante disso, os participantes da reunião decidiram enviar um ofício ao Itamaraty solicitando que o Brasil ratifique as determinações da convenção. Enaldo anuncia ainda que colocará cartazes de 8x10m nas barcas e no costão do Pão de Açúcar com os dizeres “Comandante, não suje nossas praias”. Ainda na mesma matéria, outra questão é retratada de forma curiosa, com apenas uma frase e sem aprofundamento apurativo: “Outro fator de poluição são os currais de peixe, cujos proprietários não permitem a fiscalização, enfrentando os fiscais até a dinamite.” (O GLOBO, 27/3/1963:4)

Em forte reportagem de página inteira em 1966, “A poluição está provocando o extermínio dos peixes da baía”, vê-se que o problema do óleo, tido como fator fundamental para o desaparecimento de peixes, ainda não fora resolvido. A legenda da grande foto que representa os navios ancorados no porto é quase uma resposta à última matéria tratada neste trabalho:

Os navios que trazem progresso e dão um colorido especial à baía, são também fonte de poluição das águas, pois muitos deles lançam fora o óleo velho quando lavam seus tanques. Em outros países isso dá multa, mas aqui, por enquanto, nada acontece. Há apenas um apelo aos comandantes, no cartaz colocado pela SURSAN à entrada da barra, no Pão de Açúcar. (O GLOBO, 18/11/1966: 3)

Quanto às praias, há inúmeras matérias de interdição e liberação, mas com o porém de continuarem relacionando-as às situações de obras específicas que iriam sanar, futuramente, o problema. Essas matérias, por exemplo, não foram encontradas através de pesquisa das palavras-chave “poluição” e “baía de Guanabara”, mas a partir de pesquisa sobre lançamento e despejo de esgotos em praias. A praia de Botafogo é um dos casos emblemáticos. De acordo com as matérias, a substituição do lançamento de esgotos das suas águas para o costão de Pão de Açúcar resolveria definitivamente o problema. Anos depois, descobre-se que, na realidade, o esgoto do costão voltava à sua praia e a população deveria esperar a conclusão das obras do interceptor oceânico e do emissário submarino de Ipanema. No fim das contas, hoje em dia o emissário submarino está pronto há décadas e tampouco se joga esgoto no costão do Pão de Açúcar. Mesmo assim, a praia de Botafogo é considerada uma das mais sujas da baía de Guanabara, imprópria para banho durante todo o ano: não era somente o despejo localizado de esgoto em suas proximidades que ocasionava a sua poluição, mas um processo generalizado que, pouco a pouco, passava a tomar conta da baía de Guanabara.

Em dezembro de 1964 uma matéria anuncia: “Interdição da praia de Botafogo é parcial”. A reportagem diz que os moradores de Botafogo não precisarão procurar outras praias no fim de semana, pois a interdição era apenas parcial, nos locais em que se deságua o Rio Banana Podre e na altura da Rua Senador Vergueiro. Segundo a matéria, o problema não é de descarga de esgotos da rede, mas das favelas do Morro Santa Marta e do Morro Azul que, sem nenhuma rede de esgotos, criam respectivamente o Rio Banana Podre e outro pequeno rio na altura da Rua Senador Vergueiro. A solução, de acordo com o Departamento de Esgotos Sanitários, virá com a conclusão das obras da primeira etapa do interceptor oceânico da Zona Sul, que lançará o esgoto –inclusive desses rios- no Pão de Açúcar.

Uma questão se coloca em torno dessa matéria: como é possível que, em uma praia não tão grande como a de Botafogo, se interditasse apenas algumas áreas enquanto outras permaneciam próprias para banho? Até que ponto, tendo em vista o ainda baixíssimo número de estudos sobre poluição de águas e coliformes fecais presentes, o

banho de mar era realmente “seguro” nessas áreas ou seria, de um modo geral, a categorização de balneabilidade mais tolerável? É possível que as águas de praias da baía, que anos depois ficariam, sob o ponto de vista dos técnicos, definitivamente impróprias para banho, já fossem altamente poluídas a essa época, em maior ou menor grau, dependendo de fatores sazonais.

A análise de cobertura midiática ambiental da baía de Guanabara não se trata, portanto, de apenas verificar os dados técnicos emitidos pelo Poder Público à época e as poucas matérias que tratam de uma impossibilidade generalizada do banho de mar. O aumento de importância da questão ambiental e o conseqüente crescimento dos estudos científicos são fundamentais para responder de que forma a realidade ambiental da baía se transformou em um problema social e público: por um lado, o factível aumento do índice de poluição das suas águas; por outro, o maior interesse e importância dada a esse tema pelas autoridades e opinião pública, de forma que aquela realidade pudesse ser divulgada, de fato, como um problema. É só através da importância, relevância e determinada interpretação que a sociedade dá a um fato, que esse fato pode passar a ser considerado um problema social.

Sucedem-se, durante os anos seguintes, muitas matérias que liberam e interditam o banho de mar na praia de Botafogo, normalmente em decorrência de obras na Estação Elevatória de Botafogo. Em 1966 uma matéria volta a tratar da poluição da baía e propõe soluções extremamente duvidosas. Falando-se em “evitar a poluição das águas da baía de Guanabara, que traria sérios prejuízos para a cidade, cujas praias poderiam transformar-se em perigo para os banhistas”, a matéria volta à impressão de que a baía ainda não está poluída e de que é preciso evitá-la. Ademais, a reportagem feita com os técnicos da SURSAN demonstra, no mínimo, bastante desprezo pelas regiões do Rio de Janeiro que não fazem parte da Zona Sul, em ideias absurdas para solução do problema de lançamento de esgoto.

Os atuais pontos de despejo sanitário se encontram nas imediações do Pão de Açúcar e na Ponta do Vidigal. Entretanto, os estudos realizados apontam como locais ideais os seguintes: ao largo de Brás de Pina, junto à Ilha do Governador; nas proximidades da Ponta do Caju; ao largo do Forte de São João; ao largo da Ponta do Arpoador, a cerca de vinte quilômetros da costa. (O GLOBO, 25/5/1966: 4)

Na virada para o verão de 1967, uma situação crucial entraria em pauta n’*O Globo*. O perigo da hepatite, que havia sido divulgado na imprensa pouquíssimas vezes

durante a década e em pequenas notas, recebe uma matéria maior, falando das praias de Botafogo e Flamengo. “Só em maio desaparecerá o perigo nas praias poluídas” é o título da matéria, referindo-se à conclusão final das obras do interceptor oceânico naquela região. Entretanto, Antonio Lousada, assessor da Administração Regional de Botafogo, esclarece que “não há uma proibição formal para os banhos de mar nas duas praias, em vista de os exames bacteriológicos da água não terem acusado grande perigo de contaminação” (O GLOBO, 30/12/1966: 17). Quatro dias depois, uma matéria alerta que todas as praias artificiais do Rio (decorrentes de aterros), localizadas no interior da baía, estão poluídas. Interditada, a praia de Botafogo se encheu de banhistas que foram retirados, com muito custo, pelos policiais da ronda.

As águas da praia de Botafogo são poluídas desde que ela foi construída, em 1963, assim como são poluídas as águas das outras praias artificiais: Flamengo, Ramos e Cocotá. Quando foram inauguradas, ninguém avisou que suas águas eram poluídas, mas algum tempo depois a imprensa levantou o assunto, e foi feita a primeira interdição, que não surtiu efeito algum como a de agora. (O GLOBO, 03/1/1967: 7)

Em junho do mesmo ano, ocorre a Operação Baía de Guanabara, destinada a colher mostras da água em dezenas de diferentes pontos da baía. Na mesma matéria, o engenheiro entrevistado afirma que a poluição da baía já vem de antes.

A Baía, há 40 anos, tinha suas águas limpas, com flora e fauna riquíssimas. No entanto, a partir de 1936, foram iniciados os estudos sobre as mudanças verificadas nas suas águas, defronte ao Canal de Sapucaia, onde a poluição apresentava sinais de aumento. Com relação aos fenômenos físicos, esclareceu que foi destacado o surgimento de contracorrentes devido aos aterros no Aeroporto de Manginhos [...] (O GLOBO, 06/6/1967: 6)

Já perto do ano novo, uma matéria anuncia o Rio de Janeiro “sob ameaça de hepatite no verão”, focando especialmente na Ilha do Governador e praia de Ramos. No dia seguinte, a Superintendência de Saúde Pública do Estado (SUSAPE), nega haver perigo de surto de hepatite. A relação direta entre hepatite e poluição de águas ainda não era “confirmada” cientificamente.

Após lembrar que ainda não foi estabelecido se a água marinha pode, em condições normais ser transmissora do vírus da hepatite, o Superintendente da SUSAPE salientou que os dados mais recentes sobre a incidência daquela doença na Ilha [...] deixam supor tudo

menos a possibilidade de um surto: os índices demonstram haver, no local, um número de casos abaixo do próprio nível endêmico da doença. (O GLOBO, 28/12/1967: 11)

Intensifica-se, a partir daí, um processo de disputa e controvérsias na opinião pública, através de matérias da imprensa que ora denunciam a poluição e suas mazelas, e ora trazem posições oficiais de órgãos do Estado ou de estudos desmentindo, relativizando, ou prometendo a solução dos problemas da denúncia, em curto prazo. Logo em janeiro de 1968, uma matéria intitulada “Água de praia não transmite doenças” traz exames do Instituto de Engenharia Sanitária, em que não foi acusada a existência de salmonelas –bactérias responsáveis pela febre tifoide- nas águas da baía de Guanabara. Quanto à hepatite, o diretor do Instituto afirmou que “ainda é discutível no mundo inteiro se a hepatite pode ser contraída nas praias”. Segundo o diretor, José de Santa Rita, o principal problema das praias cariocas é o da estética, “o que só poderá ser corrigido com grandes obras de engenharia e a aplicação severa da legislação já existente sobre a poluição” (O GLOBO, 18/1/1968: 18).

Onze dias depois, mais uma entre muitas matérias denuncia a destruição de peixes e plantas do fundo da baía em decorrência da poluição. Ao analisar as reportagens, abrem-se dois tipos de efeitos negativos da poluição da Guanabara: um relativo à fauna e flora –declarado como certo e sem aparentes contestações-, e o outro relativo à saúde humana, objeto de controvérsia e disputa na arena da opinião pública. Se o primeiro *boom* de ocorrências de “baía de Guanabara” na pesquisa se dá junto ao surgimento da “poluição”, ainda sob a exclusividade de consequências à fauna e à flora, o segundo *boom*, maior que o primeiro, se dá no momento em que a poluição passa a dizer respeito ao ser humano. Se a média de matérias que contendo “poluição” e “baía de Guanabara” nos seis primeiros anos da década foi de menos de 9 matérias por ano, os últimos três anos da década tem média de 36 reportagens. Só no ano de 1969 foram 66 matérias, subindo para 78 no ano seguinte, o primeiro dos anos 1970.

Ainda antes do problema da balneabilidade e da doença serem apresentados de maneira contundente à sociedade, a vida cotidiana da cidade mostrava a despreocupação do carioca com a poluição: apesar de afetar a fauna e a flora, o banho de mar na baía continuava de forma despreocupada durante meados dos anos 1960. Uma prova disso é a competição de natação, promovida pelo jornal *O Globo*, que consistia em atravessar a baía de Guanabara, de Niterói ao Rio. Tratada como “a maior prova da aquática carioca” pelo jornal, a disputa perdurou entre anos de 1963 a 1967. A partir de então,

inexplicavelmente, não há mais notícias anunciando a prova que, no ano de sua estreia, recebeu 20 reportagens no jornal. Nos dados da Hemeroteca da Biblioteca Nacional, os anos de 1970 também não guardam nenhuma menção à competição, afastando a possibilidade de outro jornal ter comprado a competição, parando assim a sua divulgação pelo *O Globo*. Apesar dos enormes indícios, não foi possível determinar com certeza, nessa pesquisa, se o fim da “maior prova de natação do Rio” se deveu ao surgimento, na mesma época, das primeiras reportagens que ligavam a poluição da Guanabara a problemas para a saúde humana.

As matérias explicitando a poluição ainda não são entraves para o carioca frequentador de praia. Em fevereiro de 1968 uma matéria expõe a situação da praia de Ramos: “Um quilômetro de desconforto para o banhista”.

A praia de Ramos, com aproximadamente um quilômetro de extensão, é mais importante do que muitas outras mais extensas. Ali se concentra o maior número de pessoas por metro quadrado e, aos domingos, a areia fica totalmente tomada, obrigando muitos banhistas a permanecerem dentro da água. [...] Segundo o Instituto de Engenharia Sanitária da SURSAN, a poluição das águas da baía de Guanabara, nas proximidades de Ramos, é a mais grave de todas as praias cariocas. Por isso, “não é aconselhável” tomar banho ali, mas nada tem sido feito para contornar tal situação. (O GLOBO, 2/2/1968: 5)

Seguem as matérias controversas nos anos seguintes, pendendo mais para o lado da poluição, risco de doenças e de “não ser aconselhável” o banho de mar em certos lugares, mas ainda sem dar a certeza científica sobre o banho de mar, característica das décadas seguintes e dos dias atuais. As seguidas interdições e liberações das praias da baía davam o tom de uma baía em constante processo de poluição, mas o “normal” ainda era se banhar nas praias, inclusive em dias de interdição. Curiosamente, o senso comum do carioca, hoje em dia, é o oposto: não se banhar nas águas da baía em hipótese alguma, ignorando o fato de que certas praias, como a do Flamengo, tem também seus momentos de liberação do banho de mar - geralmente nos meses do inverno-.

Em março de 1968, uma matéria alerta: “Praias poluídas são grave ameaça para os banhistas” já citando, inclusive, o suposto perigo de hepatite, ainda não confirmado na matéria. Três meses depois, outra liberação do banho na praia de Botafogo, após ficar interditada durante um mês. Em dezembro, anuncia-se a inauguração da rede de esgotos da Ilha. “O sistema, que tem como finalidade eliminar a poluição das praias

provocada pelos esgotos, estará concluído dentro de ano e meio, quando será entregue a Estação de Tratamento de Esgoto, já em construção.” (O GLOBO, 27/12/1968: 5).

Já em 1969, o número de matérias que tratam da poluição da Guanabara aumenta de forma exorbitante. A coluna de Mauricio Joppert denuncia o “crime contra a Guanabara”, passando pelas suas antigas belezas naturais, até o estado em que se encontrava no momento. Em fevereiro, outra matéria trata da hepatite: “Perdura o perigo nas praias fluminenses”, abordando o aumento dos casos da doença em Niterói, “quase todos provocados pela poluição das praias urbanas; as autoridades mostram-se impotentes para evitar os banhos de mar nos dias de calor”.

Em março anuncia-se, através de multas e sanções do Governo do Estado, “Punição crescente para quem poluir as águas da baía”, no que diz respeito ao despejo indiscriminado de substâncias químicas, feito pelas indústrias. Nos meses seguintes, estudos técnicos são feitos e chegam à conclusão que a própria poluição impedia a entrada das águas oceânicas na baía, diminuindo assim seu fluxo e causando ainda mais poluição. Em julho, o Governo do Estado desiste de fazer a “grande galeria sanitária”, que começaria em Acari e seria posteriormente ligada ao interceptor oceânico da Zona Sul, despejado em alto mar, por considerar tratar-se de uma “obra faraônica”. A título de comparação, a Ponte Rio-Niterói, uma das maiores obras já feitas no atual Estado do Rio, seria concluída pouco tempo depois, pelo regime da Ditadura Militar, que comandava o Brasil desde o golpe de 1964. No dia seguinte à matéria sobre a desistência da “obra faraônica”, *O Globo* anuncia, no título de uma matéria, que “Carioca come mexilhões que já causaram mortes”.

Anuncia-se que até a NASA, em 05 de junho do mesmo ano, viria “medir com infravermelhos as temperaturas da baía de Guanabara” e que um “colar flutuante norueguês pode limpar praias do Rio”, em matéria de agosto. Em setembro, “A poluição da baía continua sem solução à vista” é o título de reportagem. No dia seguinte, informa-se que “três órgãos diferentes – um estadual, um federal e um autônomo – estão realizando pesquisas sobre a poluição das águas da baía de Guanabara, cada qual utilizando método diferente”. (O GLOBO, 9/9/1969: 12). Nos meses seguintes, seguem dezenas de matérias sobre a criação de comissões especiais para analisar poluição, operações para multar barcos e navios que despejassem óleo, e o anúncio de que o levantamento da poluição da baía acontecerá no fim do ano. Em dezembro, uma única matéria do mês que trata da poluição: “Poluição sob controle”. Segue a pequena matéria

na íntegra, não se sabendo até que ponto os órgãos de censura do Governo Militar, já sob a égide do Ato Institucional nº5, poderiam ter influenciado nesta questão.

Uma série de providências adotadas a partir da coleta periódica de amostras de água, feita em 26 pontos diferentes pelo Instituto de Engenharia Sanitária, tem permitido ao Governo Estadual manter sob controle o problema da contaminação do mar na baía de Guanabara. Com a coleta, que indica os locais onde é maior o índice de contaminação, é possível estabelecer uma política de preservação, na qual cooperam vários órgãos oficiais, inclusive a Capitania dos Portos, na parte de fiscalização. Apesar da preocupação que a poluição das águas da baía ainda causa aos técnicos, os frequentes relatórios do IES vêm indicando os pontos críticos, com base em testes biológicos, químicos e bacteriológicos. (O GLOBO, 06/12/1969: 6)

Entretanto, as denúncias feitas à poluição da baía e à balneabilidade das praias continuariam a todo vapor pelos anos seguintes, mesmo em meio aos chamados ‘Anos de Chumbo’ do Governo do ditador Médici. As 169 matérias que continham “poluição” e “baía de Guanabara” nos anos 1960 se transformariam em 692 nos anos de 1970, a partir de então mantendo uma média de matérias parecida com 1980, 1990 e 2000.

Na década em que o problema da poluição ganha outra dimensão, para além apenas das ameaças à fauna e flora, mas se consolidando enquanto problema social e público e com consequências impactantes para diversas áreas - saúde, lazer, turismo, esportes, economia, imobiliária, dentre outras-, o seu primeiro verão é um prenúncio do que virá: 26 matérias apenas no mês de janeiro de 1970, totalizando quase uma por dia. As disputas na opinião pública sobre o perigo à saúde humana continuam, mas cada vez mais pendendo para a confirmação de que banhar-se nas praias da baía era mesmo um risco à saúde humana.

Logo no dia 07 de janeiro, uma extensa matéria mostra os dados de substâncias encontradas nas águas cariocas, coletadas pelo *O Globo* e analisadas pelo laboratório privado Labange. Tudo indica que foi a primeira vez que uma reportagem apresentou ao leitor uma tabela detalhada contendo todas as substâncias encontradas nos pontos de amostragem das praias do Rio. “Metade das praias poluídas” é o título da matéria. Entre as poluídas, apenas a praia de Copacabana, na altura do posto seis, não está localizada na baía de Guanabara. Enquanto Copacabana recebeu avaliação de “levemente poluída”, todas as praias da Ilha do Governador e Ramos, além da colônia de pesca do Caju, receberam “fortemente poluídas”. A praia de Botafogo estava “moderadamente poluída” enquanto, curiosamente, a praia do Flamengo se encontrava em boas condições. A

SURSAN afirmou que a única coisa a ser feita quanto à praia de Botafogo é “rezar a Deus para evitar novos acidentes”, mencionando os vazamentos que vinham ocorrendo. A solução final para Botafogo, segundo o órgão, ainda é a obra do interceptor oceânico, com o fim do despejo sanitário no costão do Pão de Açúcar.

Um trecho da reportagem também mostra a discordância que vinha aumentando entre a mídia, que passava a fazer os testes em laboratório privado, e as providências tomadas pelo Poder Público.

Ontem, apenas uma praia da Guanabara estava interditada: a de Botafogo. Para as autoridades todas as outras praias do Rio estão em perfeitas condições de ser frequentadas por crianças e adultos, uma vez que não estão interditadas. No entanto, O GLOBO recolheu nos dias 15 e 22 de dezembro de 1969, 20 amostras de água de várias praias da Guanabara [...] desde a praia do Pontal até a Praia da Ribeira, na Ilha do Governador. (O GLOBO, 07/01/1970: 7)

No dia seguinte, a reportagem de página inteira do *O Globo* volta a atestar para o perigo da hepatite, entrevistando médicos que atribuem o aumento do número de casos da doença na Ilha do Governador à poluição das águas. A reportagem contém diversas fotos, e a principal expõe uma mãe ao lado dos filhos na praia: “A maioria das mães cariocas não faz ideia do perigo a que estão expostos seus filhos” é a legenda da imagem. No corpo da matéria, os banhistas entrevistados demonstram surpresa com esse “fato novo” que era colocado na vida do carioca, que passaria a se acostumar em frequentar menos as praias da Guanabara pelas décadas seguintes.

A maioria dos banhistas cariocas revelava à reportagem que não julgava fosse tão grande o perigo a que estavam expostos, demonstrando disposição de procurar agora locais menos insalubres. [...] A maioria das pessoas achou ótima a reportagem de O Globo, e não julgava fosse tão grande o perigo das praias que frequentava. Muita gente ficava surpresa: “Ué, não era só Botafogo?”. [...] Principalmente na Ilha do Governador, as pessoas indagavam: “Se todas as examinadas aqui da Ilha estão poluídas, será que todas não podem ser frequentadas?” [...] “Eu estou aqui no Rio a passeio, sou de São Paulo. Bem, eu achei que esta praia era muito suja e não pretendia frequentá-la, mas vi que as senhoras que moram aqui trazem os filhos a ela e pensei que não era nociva à saúde. Agora vou procurar outra” (O GLOBO, 08/01/1970: 13).

Se a matéria do dia anterior continha aparentemente o embasamento científico para levantar a tese –a despeito da SURSAN- de uma poluição quase que epidêmica nas praias da baía, a matéria de 08 de janeiro contém, de forma inédita, uma maior

aproximação com o banhista, em reportagem mais “humanizada”. Até então, todas as reportagens que denunciavam a poluição da baía eram distantes do público, mencionando as obras do governo para tratar dos problemas, o desaparecimento de peixes ou ainda começando a abrir-se a hipótese do risco de hepatite. Entretanto, não só se tratavam de matérias pragmáticas e burocráticas na própria construção da narrativa, como geralmente ocupavam pouco espaço no jornal, sem o uso de muitas fotos. Do ponto de vista do seu imaginário frente à opinião pública e sociedade, a imagem da mãe com os filhos eleva a situação da baía de Guanabara a outro patamar.

A sequência de reportagens desse mês de janeiro é emblemática não só pela nova relação entre o jornal e seu leitor - muito mais direta e humanizada-, como pelo aumento da “queda de braço” com o Poder Público, que custava a admitir uma poluição generalizada com riscos à saúde humana, e continuava a interditar apenas Botafogo. Por outro lado, na visão do *O Globo*, a interdição também era insuficiente: “Só interdição não afasta os banhistas de Botafogo”, estampava no dia seguinte, 09 de janeiro. A matéria segue a linha de entrevistas dos banhistas e especialmente de mães com filhos pequenos que “teimavam” em continuar nadando em Botafogo, respondendo que “não ligavam para isso [a poluição]”. A reportagem a todo o momento fala do cheiro pútrido da praia e o fato da Urca, que também é poluída, não estar interdita e receber ainda mais banhistas. Os moradores da nobre área, entretanto, segundo o jornal, já não se banham naquelas águas há tempos.

Um dia depois, a SURSAN admite a poluição geral, mas “não crê em perigo para a saúde”. A matéria d’*O Globo*, todavia, reserva os primeiros dois parágrafos para deslegitimar as análises do Instituto de Engenharia Sanitária da SURSAN, que não teria mostrado os resultados das coletas ao público. O jornal fala ainda das análises feitas e divulgadas naquele mês pelo jornal, que “comprovaram poluição em metade das praias”. A SURSAN diz que “uma única análise não é representativa para determinar-se o teor de poluição das praias” e atenta às modificações da água em consequência das condições meteorológicas. Afirma ainda que o número de casos de febre tifoide diminuiu no Rio de Janeiro desde 1963, quando se registraram mais de quatro mil casos, até 1968, quando houve apenas 201 pessoas infectadas. O Instituto reconhece o aumento de incidência de hepatite, mas diz que “é uma doença comum aos países limpos”. Segundo o jornal, a SURSAN afirma ainda que, não tendo perigo à saúde, a finalidade do controle sistemático das águas é “puramente estética”. Na visão do jornal sobre os técnicos da SURSAN, “Eles não querem que as praias fiquem sujas ou com mau cheiro,

apenas para não ofender a vista e o olfato dos frequentadores”. (O GLOBO, 10/01/1970:3)

No dia 13 de janeiro, *O Globo* publicou, em título, que a “SURSAN sabia há dois anos que muitas praias vivem poluídas”, citando um relatório de 1968, inclusive com mapas, e que diagnosticava a poluição da baía. Dois dias depois, “Poluição: em Niterói, hepatite é mal endêmico” é a manchete na capa do jornal. Na matéria no miolo do diário, o técnico do órgão de saneamento fluminense confirma que é um risco à saúde se banhar na Guanabara, mas que nem todo banhista ficará doente. O título da reportagem é “Estado do Rio confirma poluição em toda a baía”. Logo na primeira frase, a comparação com os técnicos da carioca SURSAN.

Mais realista que seus colegas cariocas, o técnico fluminense disse que “não se pode negar que uma praia que receba esgotos estará sempre poluída”, embora lembre que os índices constatados por análises do Laboratório Central da SUCESA não indicam que todo frequentador das praias ficará necessariamente doente. (O GLOBO, 15/01/1970: 3)

Com o fim do mês de janeiro, as matérias desta “polêmica” com a SURSAN arrefecem, mas o problema de poluição da baía continuaria a ser noticiado com frequência durante o resto do ano - até os dias atuais, em níveis semelhantes-. O processo de transformação da baía de Guanabara de lugar paradisíaco para um problema público, tendo em vista o aumento vertiginoso de matérias, projetos de despoluição e debates na opinião pública na virada dos anos 1960 para 1970, estaria nesse momento já em vias de ser consolidado: não era um evento passageiro, mas uma pauta jornalística que perdura até hoje. Em 1970, 78 matérias continham “poluição” e “baía de Guanabara”. A média de matérias com essas palavras nos anos de 2014, 2015 e 2016 foi semelhante: 72 matérias por ano.

As semelhanças da época com a situação atual continuam. Em fevereiro de 1970, o Governo Federal anunciou que lançaria um projeto para acabar com o problema de poluição da baía de Guanabara (nota-se que ainda não se usava o termo ‘despoluição’ que apareceria poucos anos depois). Cinco dias depois, o mesmo Governo Federal anuncia que só pensaria em uma solução para a baía após o projeto da ponte Rio-Niterói.

Não foi a única vez em que o saneamento básico e a despoluição da baía ficaram em segundo plano para um grande projeto da área de transportes: às vésperas dos Jogos

Olímpicos de 2016, o Governo do Estado do Rio de Janeiro anunciava a impossibilidade de se cumprir à meta de despoluição da baía em 80% e priorizou, em meio à crise do estado, a finalização das obras da linha 4 do metrô, no sentido Barra da Tijuca. Segundo o jornal Folha de São Paulo⁸, as obras da linha 4 do metrô custaram cerca de R\$10,4 bilhões e a estação Gávea está ainda longe de ser inaugurada. O Programa de Saneamento dos Municípios do Entorno da Baía de Guanabara (PSAM), sucessor do antigo Programa de Despoluição da Baía de Guanabara (PDBG), teve contrato assinado em março de 2012, durante o governo Sérgio Cabral. Segundo o jornalista Emanuel Alencar, convencer investidores internacionais a financiarem o novo projeto foi tarefa das mais difíceis. Os valores investidos, entretanto, mostram que despoluir a baía não foi tratado com a prioridade que o principal legado da Olimpíada exigiria.

Ainda em 2010, o Tribunal de Contas do Japão (*Board of Audit of Japan*) estava prestes a publicar uma noção de repúdio ao governo do Rio, pelo total fiasco do PDBG. Preocupados, gestores da área do meio ambiente alertaram Cabral de que o efeito do comunicado seria péssimo para o Rio. Era preciso fazer alguma coisa. O governo conseguiu, então, que o BID enviasse um documento ao Japão atestando que financiaria novos investimentos em saneamento. A nova sopa de letrinhas sucessora do PDBG teve contrato de financiamento assinado em março de 2012 e previa investimentos de US\$ 452 milhões (BID) e contrapartida estadual de US\$ 188 milhões. Em valores do dia 25 de outubro de 2015, mais R\$ 2,26 bilhões. (ALENCAR, 2016: 81)

A universalização de água e esgoto em todos os municípios do entorno da baía custaria, segundo o Instituto Trata Brasil em matéria de 2016 do *O Globo*⁹, cerca de R\$17,4 bilhões, e “traria ganhos superiores a R\$31 bilhões considerando o impacto em áreas como imobiliária, turismo, saúde e renda do trabalhador”.

Não cabe ao presente trabalho comparar a necessidade de investimentos em transporte com os de saneamento básico. Entretanto, é interessante notar a relação que o setor de transportes e integração da cidade teve com baía de Guanabara. Não só a ponte Rio - Niterói, que mudou as características da própria baía, mas também houve projetos do governo militar que influenciariam enormemente na geografia da Guanabara. Em

⁸Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/esporte/olimpiada-no-rio/2016/07/1797054-obra-mais-cara-da-olimpiada-linha-4-do-metro-sera-inaugurada-no-rio.shtml> Acesso em: 12/05/2017

⁹ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/universalizacao-de-agua-esgoto-no-rio-exigira-26-bi-19964317> Acesso em: 12/05/2017

fevereiro de 1970, em meio à enxurrada de matérias sobre o descaso ambiental da baía, o presidente Médici queria saber se “era viável o aterro da baía”. Em matéria de 16 de fevereiro, Mario Andreazza, ministro dos Transportes, afirma que “Aterro da baía é essencial à integração”. O projeto não tratava de acabar com todo o espelho d’água da baía, mas de aterrar boa parte de seu fundo, como forma de diminuir a distância entre as cidades, segundo explicou o ministro.

[...] Partindo dessas premissas, logo se conclui da importância da obra que se intenta e se vai realizar, mormente como passo principal e decisivo para a verdadeira integração Guanabara – Rio de Janeiro, já que, além da ponte, se poderia falar em outra importante via de comunicação Rio – Niterói, que cortaria larga faixa urbanizada onde hoje é mangue e foco de infecção, contornando o fundo da baía. (O GLOBO, 07/04/1970: 5)

A urbanização crescente e o aumento dos parques industriais enquanto problemas para o equilíbrio do meio-ambiente foram tratados em reportagem de abril, com o título “Progresso contra o homem”. Além de referências a outros problemas ambientais como a poluição do ar, a reportagem também cita o desaparecimento dos golfinhos na baía. “Sabe-se que já existiram golfinhos na baía de Guanabara, numa época em que as águas eram limpas e o ar puro. Assim como os golfinhos, outras espécies de peixes e de aves tendem a desaparecer das proximidades dos grandes centros industriais” (O GLOBO, 07/04/1970). Apesar do provável exagero quanto ao desaparecimento total de golfinhos (segundo matéria do *O Globo*¹⁰ e o Laboratório de Animais Aquáticos da UERJ, havia 34 golfinhos “moradores” da baía em 2016, contra cerca de 400 nos anos 1980), é relevante notar a forma como a matéria trata as águas da baía de Guanabara, em tom desesperançoso de uma poluição já consolidada.

As reportagens se sucedem ao longo dos anos: denúncias de lançamento de esgotos, obras de saneamento, planos para despoluição da baía, desequilíbrios biológicos, riscos para a saúde e desaparecimento de espécies. Nesse momento, o termo “despoluição” começa a ser usado esporadicamente, a partir de 1972, em algumas matérias que tratavam do tema. O termo seria popularizado de fato a partir dos anos subsequentes. A essa altura, partindo do pressuposto de que só é possível despoluir algo que já é dado como poluído enquanto uma nova “natureza” – não mais como um

¹⁰ Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/06/boto-cinza-simbolo-do-rio-e-achado-morto-na-baia-de-guanabara.html> Acesso em: 12/05/2017

processo que objetiva-se evitar -, a baía já havia assumido, então, o *status* de um problema consolidado e generalizado.

No que concerne ao restante da década, é importante salientar o grande desastre do navio iraquiano *Tarik Ibn Ziyad* em 1975, na baía de Guanabara, que resultou num vazamento de centenas de toneladas de óleo. No dia 1º de abril, *O Globo* anunciou: “Óleo polui toda a baía e avança para o litoral”. Dois anos depois, o título de uma grande reportagem de página inteira seria “Um mar de óleo, graxa, esgoto e lixo”. Já a essa altura, a poluição da baía de Guanabara é fato amplamente reconhecido pelos poderes municipais, estaduais e federais. A tônica das reportagens não se diferenciaria de forma estridente para as matérias atuais, relevando-se, é claro, as ocasionalidades de diferentes períodos.

5. A CONSTRUÇÃO DO PROBLEMA PÚBLICO

O que é a poluição? Qual o significado por trás da poluição, para além de uma simples soma de detritos em meio às águas de uma baía? Parece claro que os detritos e esgotos já frequentavam a baía de Guanabara há tempos. Mas o que faz com que isso seja interpretado, de fato, como um problema? Nas matérias analisadas, parte da população, à revelia das placas de interdição, seguia se banhando nas águas poluídas da praia de Botafogo ou da Ilha do Governador. Ao serem perguntadas pela equipe do jornal, suas respostas mostram que aquilo à que a opinião pública atribuía a palavra poluição não se tratava de um problema para essas pessoas, ou sequer este tipo de questionamento era posto. Diziam, inclusive, se banhar naquelas águas há anos sem ter qualquer tipo de problema.

Se, primeiramente, entendermos a poluição enquanto processo contínuo de despejo de detritos no mar, perceberemos que isso já ocorria na baía de Guanabara antes desta palavra aparecer no noticiário e de se tornar um problema a ser resolvido. O aumento do emprego da palavra poluição também certamente remete a um contexto de início de preocupação ambiental nos países desenvolvidos do pós-guerra. De acordo com os dados da Hemeroteca da Biblioteca Nacional, em que contam dezenas de jornais que circularam nas praças cariocas em diferentes décadas, veremos o aumento impressionante de incidência da palavra “poluição”: ela aparece 33 vezes na década de 1920; 111 vezes na década de 1930 e 182 vezes nos anos 1940. No pós-guerra e ao embalo das primeiras conferências ambientais, aumenta para 700 vezes a sua incidência nos anos 1950; 3365 nos anos 1960 e o incrível número de 27087 vezes nos anos 1970.

Entretanto, a palavra “poluição” –e todo o sentido que ela carrega consigo– só será empregada com o apoio técnico ou de especialistas. Não serão os banhistas que irão designar àquele conjunto de detritos ou àquela camada de óleo sobre as águas da baía o nome de poluição, tampouco serão eles quem, posteriormente, entenderão que essa poluição se trata, de fato, de um problema público a ser resolvido. Não à toa, as primeiras matérias de denúncias de uma poluição na baía de Guanabara, e especialmente as do início dos anos 1960, terão como base de sua construção as entrevistas com o engenheiro e especialista Enaldo Cravo Peixoto, diretor do Departamento de Esgotos Sanitários. Neste primeiro momento, o fundamental acerca da luta contra a “poluição da baía de Guanabara” era especialmente no que tange à fauna e a flora da região. Os banhos de mar, claro, eram importantes, mas as suas interdições

nos anos 1960 dizem respeito, como dito no capítulo anterior, a problemas circunstanciais, e não da natureza de uma poluição generalizada na baía.

O momento, portanto, que a poluição da baía de Guanabara toma outras proporções e pode ser tratada como um problema público é quando se discute seu impacto sobre a saúde do ser humano. Na queda de braço travada entre a SURSAN e a mídia, a tese de que a poluição da baía de Guanabara configura risco à saúde humana foi vencedora. Na visão vencedora, não se tratava de um problema puramente estético, como diziam os técnicos da SURSAN. A construção desta “vitória” de empregos morais se deu, em grande parte, pela consulta que a mídia fez aos especialistas de laboratório que analisavam as coletas de água; pelas entrevistas de médicos que atestavam para um aumento de casos de hepatite em lugares perto de praias; e à maior humanização das matérias, com entrevistas dos próprios banhistas e fotos de crianças se banhando nas águas poluídas.

É importante salientar que só podemos compreender o conceito de poluição enquanto algo construído socialmente. Da mesma forma, a ideia do conceito de poluição ser negativo e tratado como um problema também é construída socialmente. Por exemplo, a cultura de banhar-se na praia para fins recreativos é relativamente recente e remete às primeiras décadas do século XX, com maior popularização em meados do século. Para um indivíduo que não tem costume de banhar-se na praia, a poluição de suas águas não será, provavelmente, tratada como um problema. Da mesma forma, um rio poluído que recebe os esgotos das diversas casas de uma pequena cidade, também não necessariamente foi tratado, em outras épocas, como um problema pelos moradores. Era a solução física para seus despejos domésticos, ressaltando-se aí, inclusive, o antigo costume de se construírem as casas de costas para o rio.

Na visão e conceituação que Gusfield (1981) propõe, ele alerta para o fato do problema não estar “dado” em sua natureza, mas interpretado e construído socialmente, conjuntamente à época e à cultura da sociedade.

Os problemas humanos não brotam, prontos e anunciados, dentro da consciência do observador. Mesmo para reconhecer uma situação como perigosa requer-se um sistema de categorização e definição de eventos. Nem todas as situações experimentadas pelos indivíduos como perigosas se tornam assuntos de atividade pública e alvo de

ações públicas. Tampouco lhes são dados os mesmos significados em todas as épocas e por todas as pessoas. (GUSFIELD, 1981: 3) ¹¹

A ideia não é dizer aqui, evidentemente, que a poluição da baía de Guanabara sempre existiu e só se transforma em problema por causa do aumento dos banhos de mar. É claro que, analisando os dados, é mais do que provado o aumento indiscriminado de lançamento de esgotos domésticos e industriais na baía ao longo das décadas. O que se quer propor aqui é entender a construção do conceito de “poluição” e a consequente construção de um conceito de “problema da poluição” como intrinsecamente ligado às construções sociais. O que de fato mudou nas águas da baía de Guanabara, por exemplo, entre a última edição da competição de natação “Travessia da Guanabara” em 1967 e as matérias, dois anos depois, denunciando a extrema poluição da Guanabara? Não parece ter sido só o aumento da poluição em si que abriu, em um espaço de dois anos, o olhar da opinião pública para o fenômeno. É possível que a poluição não tenha tido grande aumento nesse período, e que na realidade os olhos dos especialistas e jornalistas estavam mais apurados, já atentos para os conceitos ambientalistas que vinham se intensificando ao redor do mundo.

Desta forma, o objetivo do trabalho e deste capítulo é também compreender o momento e as condições em que, de forma geral, a poluição da baía de Guanabara, durante o processo de consolidação de sua imagem ligada a um estado “fixo” de poluição, pôde ser tratada como um problema público para a sociedade.

Essa compreensão nos remete, especialmente, para um momento chave da cobertura jornalística da baía: a virada dos anos 1960 para os anos 1970. É a partir do momento em que a saúde humana é colocada em xeque e os debates são levantados sobre a poluição enquanto problema puramente estético ou, de fato, um problema de saúde, que o fenômeno “poluição da baía de Guanabara”, antes tratado como “mero” problema socioambiental, passa a ser tratado como um problema público.

Em seu trabalho, Gusfield (1981) partiu de um estudo sobre a relação entre álcool e direção para conceituar o desenvolvimento de um problema público.

A existência de um “problema de dirigir e beber” é resultado de um procedimento no qual o automóvel e as fatalidades foram construídos como problemas de interesse social, para serem “combatidos” por

¹¹ Tradução nossa. Original em inglês: Human problems do not spring up, full-blown and announced, into the consciousness of bystanders. Even to recognize a situation as painful requires a system for categorizing and defining events. All situations that are experienced by people as painful do not become matters of public activity and targets for public action. Neither are they given the same meaning at all times and by all peoples.

agentes públicos. O álcool foi percebido como importante na gênese dessas fatalidades e acordado em importância como o alvo para resolução do problema. O seu caráter de alvo não foi dado, não está na natureza de sua realidade, como algo em si mesmo, mas representa um processo de seleção dentre múltiplas possibilidades e potenciais realidades que poderiam ser vistos como impulsionadoras dos acidentes de trânsito. (GUSFIELD, 1981: 3)¹²

Ao analisarmos a argumentação de Gusfield em comparação à problemática da poluição da Guanabara, pode-se argumentar a diferença entre um caso que envolve fatores puramente sociais, como dirigir e beber, de uma situação que envolve casos de saúde pública, supostamente comprovados cientificamente. A própria ciência, contudo, também está sujeita às dúvidas, como expõe Latour (2014).

Mas deveríamos abandonar também a ideia de que a ciência é o campo de fatos incontroversos e incontestáveis. A ciência, sempre com “c” minúsculo, é o campo da produção, por meio da instituição de muitas disciplinas e do monitoramento de muitos instrumentos, de um amplo acesso a um grande número de entidades com as quais a politeia deve ser construída. (LATOURE, 2014: 18)

Mesmo se aceitarmos a comprovação científica do risco à saúde na questão da baía, a própria construção de uma tese que liga diretamente a poluição das águas aos casos de hepatite na cidade do Rio também é feita socialmente, no momento que esse motivo causador da doença não é dado *a priori*, mas selecionado entre muitos outros fatores que poderiam também estar causando um aumento no número de vítimas.

É no processo de disputas e controvérsias dadas na arena pública, acerca da construção da responsabilização de um alvo, que um problema pode ser configurado, na visão de Gusfield, como problema público.

É útil distinguirmos problemas públicos de privados. É por isso que prefiro o termo problema público ao invés de problema social. Nem todos os problemas sociais necessariamente se tornam públicos. Eles não se tornam assuntos de conflito ou controvérsia nas arenas da ação pública. (GUSFIELD, 1981: 5)¹³

¹² Tradução nossa. Original em inglês: The existence of a “drinking-driving problem” is the result of a procedure by which the automobile and fatalities have been construed as a problem of societal concern, to be acted upon by public officials and agencies. Alcohol has already been perceived as important in the genesis of such fatalities and accorded an importance as a target in the resolution of the problem. That target character is not a given, is not in the nature of reality as a Ding an sich (a thing in itself), but represents a selective process from among a multiplicity of possible and potential realities which can be seen as affecting auto fatalities and injuries

¹³ Tradução nossa. Original em inglês It’s useful to distinguish public problems from private ones. That is why I prefer the term “public problems” to that of “social problems”. All social problems do not

Pois é justamente, partindo deste conceito, que podemos enquadrar - não de forma absoluta, mas como processo -, o final dos anos 1960 como fundamental para se entender a construção de um problema público acerca da poluição da baía de Guanabara.

Em um primeiro momento, temos as primeiras matérias que relacionam um processo de poluição da baía de Guanabara como entrave para ações sociais, tal qual a dificuldade financeira de pescadores com o desaparecimento de espécies de peixes, por exemplo. A essa altura, a baía torna-se, sob certo ponto de vista, um problema sócioambiental. No segundo momento, ao final dos anos 1960, é feita a associação deste processo de poluição aos casos de hepatite, conseqüentemente influenciando no costume de banhar-se nas praias da baía. É a partir dos conflitos entre as matérias dos jornais e a posição de negação do problema de hepatite pela SURSAN, bem como nas controvérsias entre indivíduos que -não tendo em mente a poluição como algo problemático- desejam continuar se banhando na baía, a despeito das contraindicações dos noticiários fluminenses, que a baía de Guanabara pode ser considerada um problema público.

Posteriormente, é dada a responsabilidade ao Poder Público de resolver o problema: tanto o do próprio processo de poluição em si, como o de impedir que as pessoas se banhassem nas águas impróprias. No primeiro caso, inúmeras controvérsias acerca da efetividade ou condição econômica de diversos projetos. No segundo caso, a mídia atribui ao Estado a necessidade de imposição da ordem: a interdição das praias, que tampouco eram respeitadas pelos banhistas que, frequentadores há anos, não viam motivos práticos pra deixarem de frequentá-las.

Por outro lado, podemos analisar a construção desse problema público na baía sob outro ponto de vista. Se os conflitos citados foram a base para que se constituísse esse problema, a suposta superação dessas controvérsias entre mídia e SURSAN, através da afirmação da tese científica que até hoje perdura -a despeito dos ainda frequentadores de praias da baía, mesmo que em número reduzido- sobre o risco à saúde, como poderíamos pensar a arena pública em torno da questão da poluição da baía como ainda sujeita às controvérsias e conflitos?

Gusfield, por exemplo, cita a questão do aborto como um outro caso de problema público norte-americano. Se enxergarmos por essa ótica, ao contrário dos

necessarily become public ones. They do not become matters of conflict or controversy in the arenas of public action.

conflitos entre defensores ou não de uma regulamentação do aborto pelo Estado, a princípio não encontraremos defensores da poluição da baía de Guanabara. Tentemos comparar essa “não existência” de defensores da poluição da baía com outros problemas públicos e ambientais, tal qual o aquecimento global, os negacionistas climáticos, e a diferenciação entre política e ciência, a partir da análise de Bruno Latour (2014) sobre a situação.

[...] tanto a política como a ciência assumem uma configuração totalmente diferente. O debate espúrio sobre a ciência do clima é um bom indicador desta nova configuração. Por um lado, não há debate algum, e nenhuma questão de história natural ficou mais bem resolvida do que a das origens antrópicas das mudanças climáticas. Com o último relatório do IPCC, aparentemente todas as nações passaram a se preparar contra um aquecimento global de quatro graus Celsius. Ainda sim, é inútil continuar dizendo que “não há discussão”. Não importa quão espúria seja a controvérsia, permanece o fato de que para uma grande parte da população existe uma controvérsia, cujo efeito podemos testemunhar todos os dias por meio da total inércia dos diferentes governos, bem como das sociedades civis que deveriam supostamente exercer pressão sobre seus representantes eleitos. (LATOURE, 2014: 14)

Latour nega a existência de dois lados em conflito de ideias científicas neste caso: em sua análise, a estratégia usada pelos negacionistas climáticos e lobistas de grandes empresas é exatamente a produção de incerteza científica acerca dos reais impactos antrópicos no clima global. O autor também critica a separação e consequente subordinação da política à ciência.

Isso significa que se algum lobista pago pela indústria mineradora ou petrolífera ou algum físico com sua própria versão estimada do que lhe revelam as leis da natureza resolve colocar a *expertise* em dúvida, por mais discretamente que seja, todo o pacote de políticas é paralisado. Parte um: a ciência trata de fatos incontroversos e incontestáveis. Parte dois: a ciência fornece subsídios para as políticas. Uma vez que é nisso que todos os políticos - e todos os espectadores - acreditam [...] torna-se incrivelmente fácil fazer emergir dois lados mesmo quando existe apenas um. [...] Mas não há a menor chance de chegarmos a uma conclusão final, uma vez que o sucesso dos negacionistas não reside em vencer algum conflito, mas simplesmente em assegurar que o resto do público esteja convencido de que há um conflito. (LATOURE, 2014: 16)

Se, no caso tratado por Latour, o conflito aberto é usado politicamente pelos negacionistas climáticos e, alinhado à conceituação de Gusfield, torna-se a base central da existência desse problema público, o caso da baía de Guanabara parece, em primeira análise, ser justamente o contrário: não há controvérsias públicas e abertas sobre a baía

ser ou não poluída, ou de não ser necessário que se faça algum tipo programa de despoluição. Nenhuma empresa, instituição ou político gostaria de ver a sua imagem atrelada a essa causa. Entretanto, abre-se aqui um precedente para pensarmos que, possivelmente, o conflito que configura a baía de Guanabara como um problema público é dado de maneira, no mínimo, velada.

Poderia abrir-se diferentes hipóteses de interesses empresariais atuando junto a não realização das obras necessárias para a despoluição, tendo em vista o caso da recente privatização da Cedae em decorrência da sua suposta “pouca efetividade”, ou interesses imobiliários que não desejariam ver algum tipo de descentralização do valor imobiliário das praias oceânicas da Zona Sul e Barra da Tijuca, as únicas balneáveis e passíveis de turismo durante todo o ano.

Todavia, não é a isto que o trabalho vai se propor ao tentar entender a ideia de conflito velado em torno da questão de despoluição da baía de Guanabara. O ponto a ser levantado é sobre o interesse político e a ideia de prioridade de uma obra a ser realizada. Os projetos de despoluição da baía de Guanabara podem não ter sido alvos de interesses empresariais ou imobiliários, mas certamente são objetos de controvérsias no âmbito das prioridades de realizações políticas, assim como qualquer projeto ou obra de grande alcance.

No caso mais recente, das obras para os Jogos Olímpicos, conclui-se que, em um momento de crise financeira do Governo do Estado, teve-se de optar entre a realização dos dois projetos-chave e mais custosos aos cofres públicos: a construção da linha 4 do metrô ou a despoluição da baía de Guanabara. Não é possível determinarmos com clareza quais motivos levaram o governo a escolher um e não outro, mas uma própria escolha política em si, pressupõe conflitos internos para que se tome a decisão final.

Outra situação fundamental para a despoluição da baía, no início do projeto do PDBG, pode ser interpretada como alvo de controvérsias de prioridade de execução da obra. Segundo o arquiteto e sociólogo Manuel Sanches, que coordenou o Grupo Executivo da Despoluição da Baía de Guanabara (GEDEG) e responsável por articulações do governo com as fontes financiadores do PDBG, o projeto nunca foi encarado pelo governador Leonel Brizola como uma prioridade. Àquela época, os esforços do então governador foram na área da educação, gerando conflitos com a equipe ambiental. A seguinte declaração é de Manuel Sanches para o livro do jornalista Emanuel Alencar.

Para início de conversa, o Brizola não queria o projeto. Ele dizia assim para mim: “Mas doutor Manuel, olhe só, com esse dinheiro eu faço 113 Cieps”. E eu dizia para ele: “Esse dinheiro vem com juros baixíssimos, governador. Esse é um projeto de repercussão mundial e importantíssimo”. (ALENCAR, 2016: 77)

Não cabe aqui discutir prioridades de políticas públicas, especialmente em se tratando de questões fundamentais para a vida do carioca, como o transporte e a educação. Entretanto, podemos compreender que, se as controvérsias científicas estavam no seio da construção da poluição da baía enquanto problema público, as controvérsias políticas têm sido fundamentais para a perpetuação deste problema.

6. CONCLUSÃO

Conclui-se, nessa pesquisa, que o processo de construção de um problema público e ambiental na baía de Guanabara teve origem, evidentemente, no próprio aumento da poluição de suas águas ao longo do século XX. Aparece na mídia, entretanto, em meados dos anos 1950, com alguns anos de atraso em relação às declarações de especialistas que indicavam certo grau de poluição desde antes. Começa a ganhar forma a partir de reportagens esporádicas e ainda distantes do público, e se intensifica com as denúncias de aumento de hepatite em bairros banhados pela baía, momento crucial para a consolidação desse problema público.

O trabalho buscou traçar parte dessa história e das condições que possibilitaram a mudança de tratamento midiático da baía de Guanabara, bem como a poluição sendo encarada como o seu principal “gancho” jornalístico, em oposição às matérias aqui retratadas nos anos 1940, em que o elogio à sua beleza era o tema mais recorrente.

Ao mesmo tempo, o trabalho também tenta ajudar a somar informações para a história do jornalismo ambiental brasileiro. Cabe tentar elucidar aqui na conclusão um ponto fundamental da pesquisa: a diferença de tratamento e repercussão na mídia nos dois principais aspectos que a poluição da baía trouxe às redações da época. Em um primeiro momento, a aparição do fenômeno de poluição atrelada à destruição de fauna e flora, tratado de maneira esporádica. No segundo momento, a eclosão do problema público - em acordo com os conceitos usados ao longo do trabalho-, a partir do momento em que se divulga, discute e constata o risco que o banho de mar na baía representava para a saúde humana. Nesse caso, com uma repercussão de matérias extremamente maior.

É bastante razoável correlacionar a maior repercussão do segundo caso à atenção ambiental que já vinha sendo desenhada na mídia e “estoura” na mesma época, no final dos anos 1960. Entretanto, podemos avaliar e questionar de que forma a saúde humana teve um peso absolutamente maior do que a “distante” questão ambiental da fauna e flora no momento de virar pauta frequente de jornal. O fato de um assunto especialmente de cunho ambiental só ganhar o devido destaque quando é comprovada a sua ação sobre a saúde humana pode ser encarado como um exemplo de histórico desprezo ao meio ambiente.

Por outro lado, cabe abrir aqui precedentes para outras análises e pesquisas possíveis dentro do tema da baía de Guanabara, patrimônio ambiental e cultural

fundamental desta cidade. O tema da prioridade, abordado por alto neste trabalho, pode ser importante para entender não só o aspecto trabalhado aqui – a maneira como a baía de Guanabara se transformou física e imagetivamente -, mas para entender os motivos de seu processo de degradação ambiental até hoje não ter sido resolvido, ou seja, a sua história mais recente.

Se o jornalista Roberto Villar Belmonte tratou da prioridade ambiental no jornalismo e afirmou que, em sua opinião, “[...] sobrevive um preconceito contra os temas ecológicos na redação. O meio ambiente é pauta, mas em geral ocupa espaços periféricos e recebe uma abordagem exótica” (BELMONTE, 2004: 22), podemos pesquisar de que forma o jornalismo ambiental pode ganhar prioridade, espaço e passar tratar a questão ambiental menos sob a ótica restrita das tragédias, e mais sob uma ótica educativa. Mas também seria fundamental trazer a mesma questão da prioridade ambiental sob a ótica das políticas públicas: quais os motivos para a despoluição da baía de Guanabara não ter sido tratada como prioridade pelos diversos governos municipais, estaduais e inclusive federais? Por que esse tema é raramente discutido nas campanhas eleitorais para os governos estaduais e municipais, mesmo em se tratando de um ganho político inestimável para quem conseguir resolver este problema?

Outra conclusão da pesquisa é, portanto, atentar para o fato de que, seja na mídia ou na política, a temática ambiental continua em grande parte sendo de caráter periférico, mesmo contando com crescente importância na sociedade contemporânea ao longo das últimas décadas.

A sociedade capitalista industrializada que, no século XIX, foi motivo de críticas dos ambientalistas da época parece não ter conseguido, ainda, abarcar a temática ambiental de forma efetiva e prática para si. É possível que nunca consiga, por incongruências entre a lógica de consumo enraizada na ideologia de mercado e o que se entende por um planeta com crescimento econômico sustentável. Na capital fluminense, a despoluição efetiva da baía de Guanabara corre o risco de cair no marasmo, ainda influenciada pela grave situação econômica do Estado. Cabe à sociedade carioca discutir de que maneira irá conseguir tratar como prioridade a transformação do seu principal símbolo de descaso ambiental em, novamente, símbolo da riqueza natural e da beleza, tantas vezes cantada e admirada pelo povo carioca em sua cultura popular.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALENCAR, Emanuel. *Baía de Guanabara: descaso e resistência*. Rio de Janeiro: Mórula, 1.ed., 2016.
- BELMONTE, Roberto In VILLAS-BOAS, Sérgio. *Formação & informação ambiental: jornalismo para iniciados e leigos*. São Paulo: Summus, 2004. pp.15-47
- BELMONTE, Roberto V. *História do jornalismo ambiental brasileiro*. In: Encontro Nacional de História da Mídia. Porto Alegre, 2015
- BROCKIS, Graham. *Preventing Oil Pollution of the Sea*. Meeresunters, 1967. pp.296-298
- BUENO, Wilson. *Jornalismo ambiental: explorando além do conceito*. In: Desenvolvimento e Meio Ambiente, n.15. Curitiba: Editora UFPR, 2007.
- CARDINALLI, Marcos. *Jornalismo Ambiental: uma breve análise da abordagem na mídia impressa*. In: Intercom. Bauru, 2013.
- CABRAL, José. *Convenções internacionais sobre poluição do mar por navios e a posição do Estado brasileiro*. Dissertação (COPPE – UFRJ), 2010. pp.1-3
- COELHO, Victor. *Baía de Guanabara: uma história de agressão ambiental*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007.
- FERREZ, Gilberto. *A muito leal e heroica cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: FAC-Símile, 1965. pp.7-35
- FRANCO, Maria. *Planejamento Ambiental para a cidade sustentável*. São Paulo: Annablume, Fapesp. 2008. pp.11-23
- GUSFIELD, Joseph R. *The Culture of Public Problems: Drinking-Driving and the Symbolic Order*. Chicago, 1981. pp.1-20
- LATOUR, Bruno. *Para distinguir amigos e inimigos no tempo do Antropoceno*. In: Revista de Antropologia, v.57. São Paulo: Revistas USP, 2014.
- McCORMICK, John. *Rumo ao paraíso – a história dos movimentos ambientalistas*. Rio de Janeiro: Relume-Durnarã, 1992. pp.21-97
- PAIVA, Raquel & SODRÉ, Muniz. *Sobre o fato e o acontecimento*. In: Trajectos, n.6. Lisboa, 2005.
- SCHWARCZ, Lilia & STARLING, Heloisa. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1.ed., 2015. pp.351-412.
- THOREAU, Henry D. *Walden ou A vida nos bosques*. Porto Alegre: L&PM, 1.ed., 2016.

TRAQUINA, Nelson. *Teorias do Jornalismo: porque as notícias são como são*. Volume 1. Florianópolis: Insular, 2.ed., 2005. pp.145-201

ZAGNI, Rodrigo. “*Imagens Projetadas do Império*” *O Cinema Hollywoodiano e a Construção de uma Identidade Americana para a Política de Boa Vizinhaça*. In: Cadernos PROLAM/USP. Ano 8, vol.1. São Paulo, 2008.